



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 082.2.55.O**

**DATA: 15/04/16**

**TURNO: Matutino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 8h55min**

**TÉRMINO: 13h56min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 82ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016.**

**Presidência dos Srs.:**

**Eduardo Cunha, Presidente.**

**Beto Mansur, 1º Secretário**

**Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.**

**ÀS 8 HORAS E 55 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



## I - ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 173 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos. *(Manifestação no plenário: Viva a democracia! Fora, Dilma! Viva o STF! Viva o Jovair!)*

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II - LEITURA DA ATA

**O SR. IZALCI**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## III - EXPEDIENTE

**(Não há expediente a ser lido)**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 082.2.55.O

Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

---

IV - ORDEM DO DIA

**PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:**



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra o comparecimento de 153 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,  
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL  
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

*Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. (Relator: Deputado Jovair Arantes).*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Declaro abertas as inscrições individuais para a discussão do parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade.

As inscrições estão sendo feitas em dois lados, favoráveis e contrários ao parecer, ao meu lado esquerdo e ao meu lado direito, e serão admitidas conforme exposição já feita em plenário até às 11 horas da manhã. A partir desse momento encerrar-se-ão as inscrições individuais.

**O SR. JHC** (PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

Um esclarecimento quanto ao art. 171 do Regimento Interno, que trata da inscrição de debatedores. Diz aqui de forma bem clara:

*“Art. 171. Os Deputados que desejarem discutir proposição incluída na Ordem do Dia devem inscrever-se previamente na Mesa, antes do início da discussão.*

*§ 1º Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente a favor e contra.*

*§ 2º É permitida a permuta de inscrição entre os Deputados (...).”*

Gostaria de saber se vai ser permitida a permuta e também se os Deputados que perderem a palavra definitivamente não poderão mais usá-la.

Quanto a isso, ao nosso lado direito, como se pode observar, está havendo um grande tumulto.



Portanto, se V.Exa. pudesse esclarecer essa questão, para melhorarmos o procedimento, seria uma atitude razoável neste momento, já que hoje — pelo menos é o que eu estou vendo — há um número muito maior de inscritos para falar a favor do que para falar contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Esta Presidência, como eu já disse, esclarece mais uma vez que, em virtude de se tratar de matéria extremamente importante, e no intuito de manter a organização dos trabalhos e evitar tumulto na Mesa, as inscrições individuais das Sras. e dos Srs. Parlamentares para a discussão do parecer da Comissão Especial excepcionalmente serão realizadas nas bancadas, sendo que os oradores favoráveis deverão se dirigir para o lado direito do plenário, à esquerda da Presidência, e, conseqüentemente, os oradores contrários à matéria, devem se dirigir para o lado esquerdo do plenário, à direita da Presidência, onde estarão os servidores, portando as respectivas folhas de inscrições.

Alerto que o processo de discussão, como já dito aqui, será feito em duas etapas.

Na primeira etapa, após a fala do denunciante e da defesa, ocorrerão as inscrições partidárias, conforme a Lei nº 1.079, até cinco representantes por partido, pelo tempo de até 1 hora.

Esgotados todos os partidos políticos, a sessão seguinte se dará pelas inscrições individuais até o seu esgotamento. Aqueles Parlamentares que forem chamados na sua vez e não se encontrarem em plenário naquele momento perderão a inscrição, como é a praxe regimental, efetivamente até o fim, salvo se houver cabível requerimento de encerramento de discussão nessa parte somente.





**O SR. JHC** - Sr. Presidente, e quanto à possibilidade de se poder alternar? Porque aqui o Regimento fala...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Serão alternados os oradores, favoráveis e contrários. Porém, esgotado um lado, continuará a sequência do outro.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, quero fazer duas perguntas, por favor.

**O SR. JHC** - Desculpe-me, Sr. Presidente, mas não queria me referir à alternância, mas à permuta. O Regimento fala em permuta, possibilitando-a. Ou seja, se um orador não estiver presente, um outro orador...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não. Nós vamos chamar, e quem não estiver presente perderá a inscrição.

**O SR. JHC** - O tempo de liderança vai ser alternado com essa 1 hora ou vai seguir a ordem dos partidos?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em cada sessão extraordinária que existir, com a sua prorrogação, todos os Líderes regimentalmente terão garantido o direito ao tempo de Líder.

**O SR. JHC** - A qualquer hora?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A qualquer hora.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pois não.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Os que se inscreverem para discutir os 3 minutos poderão agregar o tempo de Líder a sua fala?



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, se houver o pedido de Líder — e nós vamos ter que ser estritamente observadores do rito na sua plenitude —, aqueles que se inscreverem vão ter o tempo de Líder na mesma hora. Então, não há como nós não concedermos esse tempo e pela ordem dos Líderes que se inscreverem. Se coincidir a ordem da fala do orador que é Líder com o tempo de Líder, desde que nenhum Líder tenha pedido e V.Exa. pedir naquela hora, nenhum problema. Senão, vão ser garantidos os 3 minutos e, posteriormente, o tempo de Líder, quando pedido. O.k.?

Vou conceder a palavra ao Deputado Afonso Florence, para não atrasarmos mais.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - São dúvidas que eu detalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Claro, normal.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Se a Lei nº 1.079 diz que cada partido vai ter 1 hora e nós agregarmos o tempo de Líder — e o tempo de Líder tem proporcionalidades distintas —, nós estaremos alterando a fala de cada partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não. Vou dar um exemplo clássico, dialogando com tranquilidade, para não haver um debate acalorado: na vez do partido de V.Exa., V.Exa. terá 1 hora. Se V.Exa. pedir o tempo de Líder e não tiver outro Líder na fila, vamos, depois da sua 1 hora, dar a V.Exa. seu tempo de Líder. É isso.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Não, a pergunta é sobre a soma.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não, não tem soma.



V.Exa. tem o seu tempo de Líder do PT a cada sessão. Se vai somar ou não vai somar, depende da oportunidade em que V.Exa. pedir a palavra. Caso haja pedido simultâneo e não houver ninguém na fila, V.Exa. poderá somar os tempos. Não há nenhuma dificuldade. Mas, se houver outro Líder, V.Exa. não poderá somar os tempos.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Segunda pergunta: então, a cada sessão de 5 horas, todos os Líderes poderão falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Claro.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Terceira pergunta: em relação ao tempo de Líder, se não me esqueço, o Regimento não prevê divisão, mas eventualmente o Presidente tem autorizado essa divisão. Hoje haverá possibilidade de divisão do tempo de Líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, nós podemos até admitir a divisão do tempo de Líder, o que nós vamos admitir é o seguinte, para deixar bem claro: o tempo de Líder a ser concedido é de 10 minutos e, portanto, o microfone estará aberto por 10 minutos. Terminados os 10 minutos, o microfone será desligado em qualquer estágio da fala. E, se V.Exa. for trocar com outro Deputado, o tempo de troca entre V.Exas. não será deduzido, vai estar correndo o tempo. Está muito claro.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Não, isso aí nitidamente está correto. Mas será permitida a divisão do tempo de Líder por dois ou três, a critério do Líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Será permitido. Eu acho que V.Exa...

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Só quero saber como vai ser a regra do microfone.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - V.Exa. terá o tempo de 10 minutos...



**O SR. AFONSO FLORENCE** - Não, eu não pretendo dividir.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não, eu vou dar um exemplo: V.Exa. terá o tempo de 10 minutos e, durante esse tempo, V.Exa. terá a liberdade de fazer o que quiser.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Obrigado.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava escalado para falar no Grande Expediente de hoje — sessão normal. Há 4 anos eu não falo como orador nessa fase. Poderia dar como lido o meu discurso?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está dado como lido.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Declaro aberta a inscrição para a discussão.

Antes de iniciar esta discussão, concederemos a palavra ao Sr. Miguel Reale Junior e à Sra. Janaina Conceição Paschoal, autores da denúncia, cujo ingresso no plenário autorizo neste momento.

O uso da palavra pelos denunciantes, em conjunto, é de 25 minutos, sem apartes. Da mesma forma, concederemos a palavra ao Sr. Advogado-Geral da União, o Ministro José Eduardo Martins Cardozo, representante da Presidente da República, por 25 minutos, sem apartes.

Então, concederei a palavra aos denunciantes, alertando que eu vou desligar todos os microfones. Não serão permitidos apartes.

Peço o respeito do Plenário para com todas as posições, prestando a atenção devida, a fim de que possam todos aqueles que vão fazer uso da palavra ter condições de conduzir o seu raciocínio sem prejuízo. É o alerta que eu gostaria de fazer.

Concedo a palavra ao Sr. Miguel Reale Junior. (*Palmas.*)

**O SR. MIGUEL REALE JUNIOR** - Ilustre Presidente Eduardo Cunha, Srs. Líderes dos partidos políticos; Sr. Relator do pedido de *impeachment*, Deputado Jovair Arantes; Deputados e Deputadas, venho aqui, em nome de Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e em meu nome, no exercício da nossa cidadania, apresentar o pedido de afastamento da Presidente Dilma Rousseff.

Quero lhe dizer, Sr. Presidente, que Hélio Bicudo é um democrata reconhecido em todo o País e foi um heroico e combativo promotor contra o esquadrão da morte de Sérgio Fleury. Janaina Paschoal é uma jovem professora,



defensora dos direitos humanos, que integra o Conselho Penitenciário, na luta contra as drogas.

Quanto a mim, Sr. Presidente, quero apenas lembrar um único fato: vivi momentos importantes da minha vida neste Plenário. Aprendi a respeitar profundamente este Legislativo na condição de assessor especial do Dr. Ulysses Guimarães, durante a Assembleia Nacional Constituinte. É a única apresentação que faço a meu respeito.

E é nessa condição que esses três brasileiros vêm à Câmara dos Deputados confiantes de que ela irá responder ao pedido que está sendo feito. Esse pedido é fruto de uma meditação e de um estudo.

Timbram os áulicos palacianos em dizer que se trata de um golpe. Quero lhes dizer, Srs. Deputados, que golpe, sim, houve quando se sonegou a revelação de que o País estava quebrado. (*Palmas.*) Golpe, sim, houve, Sr. Presidente, quando se mascarou a situação fiscal do País. Continuaram a fazer imensos gastos públicos e tiveram de se valer de empréstimos de entidades financeiras controladas pela própria União para artificialmente mascarar a situação falimentar da Nação brasileira, do Tesouro Nacional.

Ainda dizem e repetem que não há crime. Eu quero lhes perguntar, Srs. Deputados, qual é o crime mais grave: o crime de um Presidente que põe em seu bolso uma determinada quantia ou o daquela Presidente que, pela ganância do poder e em busca da manutenção do poder, não vê limites em destruir a economia brasileira?

Destruíu a economia brasileira através de gastos e desonerações inúteis, através da corrupção e do desvio de dinheiro por seus sequazes, levando o País a



esta situação que nós estamos vivendo. Furtar um pedaço de dinheiro é muito menos do que furtar a esperança e a expectativa de futuro. Foi isso que aconteceu com Dilma Rousseff.

As pedaladas não se constituem num mero problema de ordem contábil ou administrativa. Foi um recurso utilizado para artificialmente, maliciosamente e conscientemente esconder da Nação a situação falimentar do Tesouro Nacional.

E, na hora em que a verdade aflorou, logo após as eleições de 2014, foi necessário modificar a LDO. Aí, o País entrou em estado pré-falimentar. Houve necessidade de obtenção de dinheiro através de venda de títulos, os juros aumentaram — os juros artificialmente baixados tiveram que aumentar —, a desconfiança dos agentes econômicos se instalou e, como efeito dominó, surgiu a inflação, surgiu a necessidade de recomposição dos preços de petróleo e de eletricidade.

Quem é que está pagando essa conta? Qual é o crime pior para o brasileiro, para o homem no seu cotidiano? É pôr a mão no bolso do Tesouro e levar alguns milhares de reais ou destruir a economia brasileira e a capacidade de produção de vida digna, com o seu salário equilibrado e mantido?

Não! O que aconteceu? Aconteceu o seguinte: os salários foram sendo reduzidos pela inflação ou perdidos pelo desemprego. Há 10 milhões de brasileiros desempregados, e isso tem relação direta com as pedaladas.

Portanto, o crime é um crime contra a Nação. O equilíbrio fiscal é um bem público fundamental. Não é à toa que esta Casa, tão logo aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovou a Lei nº 10.028, que definiu no Código Penal os



crimes contra as finanças públicas, sendo um deles a realização de operação de crédito não autorizado, a emissão de decretos sem autorização desta Casa.

É muito mais grave infelicitar a Nação e o cotidiano do brasileiro do que pegar um punhado de dinheiro. É este o crime, e se diz que não há crime. Há, sim, e quem está pagando o preço desse crime é a população mais pobre do País.

O que foram as pedaladas? Durante um largo tempo, durante 1 ano e meio, em quantias exorbitantes, como recentemente o Banco Central mostrou... E se volta a timbrar, mentirosamente, falaciosamente, que em outros Governos houve a mesma coisa. Não houve. É mentira. É mentira!

A Presidente, ligadíssima ao Secretário do Tesouro Nacional Arno Augustin, com quem se reunia costumeiramente, sabidamente criou essa fraude.

O Tesouro não tinha dinheiro e, ao invés de tomar medidas de contenção e de equilíbrio fiscal, de reduzir os seus gastos, de reduzir os seus Ministérios, de reduzir seus cargos comissionados, deixando de intervir nos preços do petróleo e da eletricidade, o que levou também à quebra das empresas estatais, continuou com a gastança e com os programas de televisão para a eleição de 2014.

O seu marqueteiro, hoje hóspede da Polícia Federal em Curitiba, dizia que o Brasil iria crescer 4%, que a população teria capacidade de viver com seu salário, porque não haveria inflação. Era mentira!

E isso continuou em 2015. As pedaladas continuaram a ocorrer em 2015. Continuaram longamente a ocorrer em 2015. Começaram a “despedalar” no segundo semestre de 2015, mas ainda continuam a pedalar. O que é isso? É não ter dinheiro e dizer ao banco que lhe presta o serviço: “*Pague por mim*”. E o banco foi pagando, a Caixa foi pagando, o Banco do Brasil foi pagando, o BNDES foi





pagando, concedendo empréstimos que financiaram grandes empreiteiras, algumas delas envolvidas na Operação Lava-Jato, com juros especiais — e a cobertura da precarização desses juros era feita pelo próprio BNDES.

A Caixa Econômica pagava dados essenciais do Governo, e o Governo dizia: “*Vai pagando, vai pagando*”. Entrou no cheque especial. O Brasil entrou no cheque especial e está falido! E por que foi possível fazer isso? Porque foi possível esconder essa realidade da população brasileira por meio das pedaladas. O que é pior: não se inscreveu na dívida, na alíquota do setor público, a existência dessa despesa. Falseou-se, cometeu-se um crime de falsidade ideológica e apresentou-se um superávit primário falso.

E vai dizer que isso não é crime? Vai dizer que vir a esta Casa solicitar que se afaste a Presidente pela sua gravíssima irresponsabilidade em jogar o País na lona é golpe, que não há crime? Vai dizer que é crime? Vai dizer que é golpe? Não é golpe. Golpe... (*Manifestação no plenário.*)

(*O Presidente faz soarem as campainhas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço respeito ao Plenário, para que os oradores que vêm fazer a exposição tenham o mesmo direito ao respeito e à sua palavra.

Eu vou repor 1 minuto do tempo a mais ao orador pela interrupção.

Por gentileza.

**O SR. MIGUEL REALE JUNIOR** - Agradeço, Sr. Presidente.

Quero lhes dizer que dizer que o mesmo ocorria nos Governos anteriores é uma mentira e uma falácia. Não ocorria! O Banco Central reproduz o que aconteceu nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva a demonstrar



o exponencial, os valores elevadíssimos e, por longo tempo, para escamotear a verdade; verdade hoje sentida nua e crua, especialmente pela população mais pobre do meu País. E querem dizer que uma irresponsabilidade desse tamanho não justifica um pedido de afastamento?

Além disso, a edição de decretos sem ter base na receita existente. Ou seja, foram decretos estabelecidos pela Presidente, em 2014 e em 2015, de suplementação de verbas sem passar por esta Casa. Passou-se por cima desta Casa. Ela foi desconhecida pela Presidência da República, que assumiu a competência desta Casa no instante em que editou decretos suplementares injustificados, sem haver receita, mesmo porque, no instante em que baixava esses decretos, apresentava projetos de lei de modificação da meta fiscal.

Portanto, reconhecia — e sabia — que não tinha receita. No entanto, exatamente porque não passaria aqui o decreto, não passaria por aqui a possibilidade de uma lei que autorizasse essas despesas, fez um decreto sem número e sem autorização legislativa. São fatos da maior gravidade.

Quero dizer aos Srs. Deputados que inclusive fatos de 2014 podem efetivamente ser objeto de apreciação, como cita, aliás, o relatório, mostrando que os fatos passados, conforme orientação desta Casa, podem ser objeto de apreciação, como aconteceu com dois Deputados que, renunciando antes da decisão do Conselho de Ética, foram reeleitos e, ao serem reeleitos, foram processados no Conselho de Ética pelos fatos ocorridos no mandato anterior.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*



**O SR. MIGUEL REALE JUNIOR** - Logo, é o conjunto da obra que demonstra a irresponsabilidade com a qual se conduziu a Sra. Presidente da República, infringindo os arts. 10 e 11 da Lei nº 1.079, de 1950.

São gravíssimos esses fatos, e nós vimos aqui pedir que seja acolhido o pedido de *impeachment* e que seja afastada da Presidência da República a Presidente da República, primeiramente com o reconhecimento do juízo de admissibilidade por esta Casa.

Quero lhes dizer, Srs. Deputados, que nós vivemos um momento de grande aflição no País. Nós estamos aflitos. Estamos sequiosos de nos libertarmos desse grilhão de mentira e de corrupção. Quero lhes dizer que estamos ansiosos, envolvidos em uma longa doença que domina a vida brasileira. Nós queremos ressurgir para a saúde.

Srs. Deputados, V.Exas. são os nossos libertadores. Nós tivemos a confiança de vir aqui e pedir que julgassem esse pedido de *impeachment*, porque nós confiamos em V.Exas., e sei que responderão a esse pedido como libertadores. V.Exas. são os libertadores dessa prisão que nós vivemos, enojados no meio da mentira, da corrupção, da inverdade, da irresponsabilidade, do gosto do poder pelo poder, sem se preocupar com aquilo que vai acontecer na vida brasileira, com os brasileiros e, especialmente, com os mais pobres. É isso, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Estamos confiantes! Srs. Deputados, V.Exas. são os nossos libertadores!  
V.Exas. são os nossos libertadores! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - V.Exa. concluiu?

**O SR. MIGUEL REALE JUNIOR** - Tenho mais 10 minutos?



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - V.Exa. tem direito a 11 minutos, 10 minutos mais a prorrogação.

**O SR. MIGUEL REALE JUNIOR** - Não ocuparei todo esse tempo. Tenho certeza de que os Srs. Deputados têm a mais absoluta consciência da gravidade deste instante. Neste momento, quero lembrar que este pedido de *impeachment* vem carregado do desejo popular. Assinam como anuentes desse pedido os movimentos populares, 40 movimentos contra a corrupção, o Movimento Brasil Livre e o Movimento Vem Pra Rua.

Essa petição foi subscrita por 13 brasileiros. No entanto, são milhões de brasileiros, porque percebam ao final dela que a anuência dos três movimentos ou 43 movimentos contra a corrupção — o Movimento Brasil Livre e o Movimento Vem pra Rua —, que representam os milhões de brasileiros que foram à Avenida Atlântica, os brasileiros que foram à Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, os brasileiros que foram à Avenida Paulista — 1 milhão e 400 mil brasileiros foram à Paulista — mostra, com o reconhecimento que houve da correção do devido processo legal pelo Supremo Tribunal Federal, no dia de ontem, que não existe o propalado golpe. Repetem isso a todos os instantes de uma forma papagaiada, realista, porque não têm argumentos, não entram exatamente no mérito para dizer por que a Presidente da República levou à falência o Brasil, por quê? Porque queria ser Presidente da República por mais 4 anos? Sim, só por isso! Não teve o pudor de tomar as medidas necessárias, medidas que serão obrigatórias de serem tomadas em um próximo Governo, de imediato que seja, senão o Brasil vai efetivamente à falência.



Portanto, Srs. Deputados, quero lhes garantir que o nosso pedido foi realizado com consciência, com processo de análise dos fatos e de adequação desses fatos àquelas figuras previstas no Código Penal e na Lei nº 1.079. É proibido fazer operação de crédito, é proibido emitir decretos suplementares sem autorização legislativa, são violações gravíssimas na Constituição. Mas mais graves do que as violações formais em si são as consequências decorrentes destes fatos. E a população brasileira tem que saber: pedalada não é uma mera infração administrativa, é um crime de lesa-pátria. E V.Exas. vão responder a isso.

E repito, finalizando: V.Exas. são os nossos libertadores. Nós contamos com a compreensão da Casa do Povo, que vai responder a este povo que encheu as vidas do País por diversas vezes ao longo do ano de 2015. V.Exas. vão responder com um “sim”. “Sim”, pelo afastamento da Presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado. *(Muito bem! Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Antes de chamar o próximo orador, eu peço, em primeiro lugar, que se respeitem os oradores, que haja o devido silêncio de respeito, a fim de que possam ser entendidos os oradores.

Em segundo lugar, eu peço que, quando o orador estiver na tribuna, não haja ninguém atrás ou do lado dele, com objetivo de qualquer natureza, seja para perturbar, seja para confundir. Isso atrapalha o próprio orador, atrapalha a exposição, e esse não é o nosso objetivo. Então, não vai ser permitido que várias pessoas fiquem ao mesmo tempo na tribuna. A tribuna é ocupada por quem está falando.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Um momento. Não há intervenção neste instante.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A questão de ordem é de que natureza? Refere-se a que artigo do Regimento, a que fase?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é baseada no fato de que V.Exa., ao proferir essa orientação, deveria ter tirado os que estavam atrás dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, eu não vou impedir isso. Se o orador da defesa quiser ficar com dez pessoas atrás, por iniciativa dele, poderá ficar. Eu não vou estabelecer nenhuma diferenciação. O bom senso manda que a utilização da tribuna seja feita pelo orador. E manda que não se tumultue o ambiente. É apenas isso. Não há intuito de deixar que um a utilize dessa forma e



outro não. Se o orador da defesa quiser ficar com 50 cartazes do lado dele, ele ficará, não vai ser impedido pela Presidência.

É a orientação. Nós vamos deixar, por equilíbrio, a partir deste momento, que fiquem os oradores ali posicionados.

Não era questão de ordem.

Deputado Pauderney Avelino, tem V.Exa. a palavra rapidamente.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um rápido esclarecimento. A acusação falou, agora a defesa falará, e depois haverá o tempo dos partidos. Como V.Exa. pretende dar a palavra aos Líderes? Fará isso entre a manifestação de um partido e a de outro?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu já esclareci isso aqui, no início. Os Líderes terão o direito a falar em cada sessão pelo seu tempo regimental. Quando a defesa terminar, vamos chamar os partidos. Chamado o Líder antes da manifestação de cada partido, falará. Uma vez iniciado o tempo de cada partido, ninguém interromperá esse tempo. Ele só falará ao fim do tempo de um partido e antes do início do tempo do outro partido. Está claro? Entre um e outro, o.k.? Senão será tumultuada por Líderes de correntes diferenciadas a exposição de um partido.

Por gentileza, eu peço a todos respeito. Esse início acabou prejudicando o orador, pelo tumulto da inscrição, pelo burburinho ali e pelo fato de o orador estar daquele lado da tribuna. Eu peço que tenham respeito, para que não se prejudique o orador que vai falar pela defesa. Peço que haja silêncio respeitoso. Vou pedir que não haja intervenção, seja de aplauso, seja de apupo, para que não ocorra nenhum tipo de prejuízo, qualquer interrupção. Farei exatamente o que não foi utilizado: darei



a prorrogação, pela perda verificada. Então, aqueles que interromperem o orador vão acabar causando prejuízos ao andamento da sessão.

Nós temos que respeitar o direito de todos de forma igualitária.





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Advogado-Geral da União, José Eduardo Martins Cardozo, representante da Presidente da República. (*Palmas.*)

**O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preliminarmente, antes de começar a defesa propriamente dita, eu gostaria de dar uma informação importante a este Plenário.

Ontem, em apreciação de mandado de segurança de S.Exa. a Sra. Presidenta da República, o Supremo Tribunal Federal, embora não tenha concedido medidas liminares requeridas, acolheu uma importantíssima tese da defesa, tese que foi registrada na ata de ontem, tendo em vista o avançado da hora em que a decisão foi tomada. É importante que este Plenário tenha ciência disso.

O Supremo Tribunal Federal delimitou claramente o objeto da discussão que está sendo feita neste momento por esta Casa. Deixou claro que a denúncia que será apreciada, debatida e votada diz respeito apenas e tão somente aos fatos recebidos pelo Presidente da Câmara. Portanto, diz respeito apenas e tão somente aos créditos suplementares de 2015, aos seis decretos, e também apenas relativamente às operações do Plano Safra de 2015. Todos os outros fatos mencionados no relatório, juntados por decisão do Presidente da Casa nesses autos, não fazem parte deste processo. Portanto, essa é a decisão do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a tese da defesa, o que eu gostaria de preliminarmente frisar. (*Palmas.*)

Com base nisso, antes também de começar a defesa, quero, em primeiro lugar, fazer um requerimento ao Presidente, da tribuna, no exercício do direito da defesa da Sra. Presidenta da República. Considerando que o Supremo decidiu isso



e que o que será votado é o relatório e a não denúncia original, a defesa pede o direito de se manifestar, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, na sessão de domingo, após o relatório ser lido e defendido pelo Relator. A defesa fala sempre por último. (*Palmas.*) Se isso eventualmente for transgredido, haverá uma violação clara e cerceamento de defesa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, requer ainda a defesa que, com base na ata do Supremo Tribunal Federal, oriente todos os Srs. Parlamentares — para que não ocorra nulidade neste processo — quanto ao fato de que as discussões e o objeto da decisão são exclusivamente sobre as duas questões que foram recebidas pela Presidência da Casa, nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal.

São os requerimentos que, em nome da defesa, dirijo a S.Exa. o Presidente desta Casa, para que não se configure nulidade dos debates realizados e da decisão da egrégia Câmara dos Deputados.

Começo então a defesa propriamente dita, Sras. e Srs. Deputados.

Quero iniciá-la citando uma frase dita por um grande homem, por um grande brasileiro que durante muito tempo ocupou a Presidência desta Casa, um homem que durante muito tempo presidiu a Câmara dos Deputados — hoje presidida por S.Exa. o Presidente Eduardo Cunha. Esse homem, que foi responsável em larga medida pela afirmação democrática do Brasil feita pela Constituição Federal de 1988, esse homem, de ética irreprovável e de conduta republicana sem par, disse: *“Quando se tira o voto do povo, o povo é expelido do centro para a periferia da história. Perde o pão e a liberdade”*. Ulysses Guimarães. (*Palmas.*)

Os tempos realmente são outros, Sr. Presidente, mas a Constituição é a mesma. E é com base nesta Constituição, que foi aprovada pelo Congresso



Nacional, que afirmou o Estado Democrático de Direito para todos os brasileiros e para todas as brasileiras, que eu quero defender que este processo de *impeachment*, se aprovado por esta Casa, qualificará uma ruptura institucional e uma violência sem par em relação à democracia que é colocada para todos os brasileiros e todas as brasileiras.

Eu quero afirmar isso textualmente, demonstrando de forma cabal que o relatório que será votado por este Plenário não sobrevive a uma simples análise, a uma simples leitura. Por quê? Nós afirmamos textualmente na defesa da Sra. Presidente da República que este processo teve início num ato viciado, num ato nulo, em questão que ainda está sendo debatida no Supremo Tribunal Federal, que foi um ato do Sr. Presidente da Casa, Eduardo Cunha, que hoje a dirige, em retaliação ao fato de o partido da Sra. Presidente da República ter negado votos à não abertura do seu processo de cassação.

Essa retaliação viciou este ato. É fato notório. Eu só vou invocar um testemunho, um único testemunho deste desvio de poder. E o testemunho foi do homem que me antecedeu na tribuna, o Prof. Miguel Reale. Logo após a aprovação da decisão de S.Exa. o Presidente Eduardo Cunha, abrindo o processo de *impeachment*, declarou à imprensa o subscritor da denúncia, o Prof. Miguel Reale: “*Foi chantagem explícita*”. A palavra é do Prof. Miguel Reale, subscritor da denúncia, que há pouco aqui me antecedeu.

Ora, em Direito, a expressão “chantagem” tem só uma qualificação: desvio de poder. Todos os tribunais do mundo, todos, reconhecem o desvio de poder como um fato que anula decisões tomadas por quaisquer dos Poderes. S.Exa. o Relator, Sr. Presidente, ignorou esse fato. S.Exa. o Relator disse que a matéria já tinha sido



decidida pelo Supremo. Não o foi. Há um mandado de segurança impetrado pelo nobre Deputado Wadih Damous, que apenas não teve a liminar dada pelo Ministro Gilmar Mendes. A decisão do Plenário não foi tomada. E sei que existem outras ações, propostas por partidos políticos, que tratam da mesma questão.

Portanto, o relatório faltou com a verdade quando disse que a questão foi decidida pelo Supremo. Faltou com a verdade quando efetivamente disse que o Supremo havia decidido essa questão na ADPF — Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Na ADPF proposta pelo Partido Comunista do Brasil, em cuja decisão foram fixadas regras para o *impeachment*, foi dito que o capítulo da suspeição e do impedimento do Código de Processo Penal não se aplicaria ao processo de *impeachment*. É claro que não se aplica. Já havia jurisprudência. Mas não tem nada a ver suspeição e impedimento com desvio de poder.

Suspeição e impedimento dizem respeito à pessoa, às relações que a pessoa tem de inimizade ou de amizade. Ninguém está discutindo aqui se o Presidente da Casa é amigo ou inimigo da Presidente da República. Não é essa a discussão. O que se está discutindo é que a decisão foi tomada a partir de uma ameaça clara, documentada pela imprensa e testemunhada de público pelo próprio subscritor dessa denúncia. Isso foi feito.

Não se trata, portanto, de suspeição, não se trata de impedimento. Trata-se do uso de uma competência legal, distorcida, viciada, ofensiva às razões pelas quais ela deveria ser exercida! (*Palmas.*)

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

**O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO** - É essa a questão que nós temos arguido na defesa. É nula a abertura desse processo de *impeachment*. Houve



---

uma violência à lei! Houve uma violência ao Estado Democrático de Direito, porque ameaça, retaliação não são fatores decisórios para afastar um Presidente da República! (*Palmas.*)

Segundo ponto, Sr. Presidente: a improcedência dos fatos apontados, que são dois. São dois! Quanto aos decretos suplementares, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há total adequação do decreto à lei. O art. 4º da Lei Orçamentária é claríssimo quando autoriza os decretos. Qual foi o argumento que os denunciadores utilizaram e que S.Exa. o Presidente da Casa, em retaliação à Chefe do Executivo, acolheu? O de que havia uma ofensa às metas fiscais.

O próprio denunciante, ao falar agora, deixou claro que meta fiscal tem a ver com gasto, não tem a ver com Orçamento. Quem já participou de uma administração sabe que o Orçamento é uma previsão. Pode implicar em gasto ou não. Por isso, os decretos de contingenciamento existem para impedir que o que está autorizado não seja gasto. O que o Governo fez foi o que sempre se fez, inclusive o próprio Estado de São Paulo e vários outros Estados: decretos de suplementação. Porém, há um detalhe: o Governo baixou decreto de suplementação para permitir alocação das verbas dentro do Orçamento, mas impediu que se gastasse mais com isso, porque, imediatamente após o decreto de suplementação, baixou decretos de contingenciamento.

O Governo fez o maior contingenciamento da história do Brasil em 2015. Por quê? Porque a receita caía; porque estamos em crise; porque, além de outros fatores, a crise política gerada pelas pautas-bomba e por outras situações provocadas por aqueles que querem o *impeachment* fez com que a crise econômica se agravasse. Esse fato ensejou decretos de contingenciamento, esse fato ensejou



que o Governo controlasse com pulso firme a situação das metas fiscais. Mesmo assim, não foi possível, porque a crise econômica foi maior. Então, o que fez o Governo? Foi ao limite do contingenciamento e mandou uma lei para esta Casa para rever as metas fiscais, e esta Casa a aprovou. Ora, não há nexos nenhum — nenhum — entre decreto de suplementação e ofensa às metas fiscais.

Segundo, as metas fiscais não foram ofendidas. Por quê? Porque esta Casa as alterou e o próprio Tribunal de Contas da União deixava claro que a alteração das metas fiscais por meio de lei é algo necessário à transparência, à gestão. Mostrou, anos atrás, que essa medida do Governo era correta.

Portanto, não há nenhuma ilegalidade, absolutamente nenhuma! Mas vamos imaginar que houvesse. Vamos imaginar *ad argumentandum tantum* que houvesse. Onde está o dolo da Presidente da República? Um crime de responsabilidade só se configura com má-fé. Onde está o dolo? O denunciante falou: “*O dolo existe porque a Presidenta baixou os decretos*”. Ora, mais de 20 de órgãos se manifestaram no sentido de que devia ser feito isso, inclusive a própria AGU, dizendo que era legal. Mais de 20 órgãos o mostraram e atestaram. Como um Presidente da República, recebendo parecer de 20 órgãos, pega um decreto e deixa de assiná-lo, quando todos os técnicos fazem uma recomendação?

E mais: esse procedimento era pedido por outros Poderes, inclusive pelo próprio TCU, que pediu ao Chefe do Executivo o decreto de suplementação. Por quê? Porque o TCU admitia isso, porque o TCU dizia que isso era possível. Subitamente, o TCU muda de opinião. E, quando o TCU muda, o Governo para de baixar decretos, devolve o decreto no TCU para ele. Onde está a má-fé? Antes, quando o TCU admitia, o Governo aceitava. E o que diz o Sr. Relator, com a devida



vênia? Diz que o TCU não mudou de opinião, que o TCU sempre teve essa opinião, só não tinha se manifestado antes.

Srs. Parlamentares, o TCU aprovou todas as contas em relação a que Governos baixaram decretos. O Governo Fernando Henrique baixou dezenas de decretos dessa natureza. O Governo Lula baixou dezenas. Nunca se falou nada. As contas foram aprovadas. O TCU não tinha posição, Sr. Relator? É claro que tinha. É claro que efetivamente tinha. Mudou! É um direito! O Governo respeitou a decisão do TCU depois da mudança!

Imaginar que a Presidente da República agiu de má-fé — eu volto a citar um exemplo — seria o mesmo que aceitar que, no caso de uma estrada em que uma placa, uma regra, dizia que ninguém podia andar a mais de 80 quilômetros por hora, e, a partir de certo dia, mudada a regra, passando a velocidade a ser de 60 quilômetros por hora, a autoridade declarasse que serão multados os que ali andaram no ano anterior com velocidade acima de 60 quilômetros por hora. Onde existe isso no mundo? Trata-se de aplicação de sanção retroativa? Quer dizer que, se hoje se proíbe fumar, pune-se quem fumou até ontem? É essa a regra? É isso que se está pretendendo, é isso que o relatório está colocando. Não há má-fé da Sra. Presidenta da República em hipótese nenhuma.

O caso das pedaladas. Esse ainda é mais ostensivo. O Plano Safra implica em pagamento, primeiro, do Banco do Brasil e, depois, em repasse. Implica nisso. É a lógica. Isso foi feito. Mas vamos imaginar que houvesse ilegalidade. Imaginemos que haja! Qual é o ato da Sra. Presidente da República que violentou a Constituição, se a lei diz que o Plano Safra é, na verdade, disciplinado, tocado, gerido pelo



Ministro da Fazenda e pelo Conselho Monetário Nacional? Não tem poder de gestão nem há ato da Sra. Presidenta da República nesse caso.

O que disse há pouco o denunciante, o Prof. Miguel Reale? *“Sabem onde está o ato? O ato está em que a Presidenta conversava diariamente com o Secretário do Tesouro Nacional”*. Ou seja, S.Exa. a Presidenta da República, segundo o denunciante, está sendo condenada a ser afastada da Presidência da República porque conversava com o Secretário do Tesouro Nacional. Ô diálogo sinistro capaz de violentar uma Constituição! Ô diálogo sinistro que leva a uma ruptura democrática e é utilizado como pretexto para uma violência contra o povo brasileiro!

Não há ato! Não há, portanto, dolo da Sra. Presidenta da República em relação àquilo que efetivamente ocorreu nas pedaladas.

E mais: ali nós não temos uma operação de crédito. O que é uma operação de crédito, Srs. Deputados, Sras. Deputadas? Operação de crédito ocorre quando alguém empresta dinheiro a outro e se pagam juros por isso. Eu preciso de dinheiro, vou ao banco, peço dinheiro, o banco me empresta o que pedi, e eu lhe pago.

Como se pode entender que há operação de crédito nesse caso das chamadas pedaladas? O que aconteceu, na verdade, foi que o Governo, a União, tem um contrato de prestação de serviços com o Banco do Brasil. Vamos imaginar que o pagamento tenha atrasado. Atraso de pagamento de um contrato não é empréstimo. Ou será que, quando um empregador atrasa o salário do seu empregado, o empregado está emprestando dinheiro para o empregador? É isso? Essa é a lógica! Essa é a lógica do relatório! Ou seja, se alguém atrasou o pagamento, está emprestando dinheiro. Se um senhor atrasa o pagamento do carro,





está emprestando dinheiro para quem lhe vendeu o carro. Ora, francamente! O que a Lei de Responsabilidade Fiscal veda é a operação de crédito, é o empréstimo! Não há atrasos eventuais em contratos que são de prestação de serviços. A situação é absolutamente clara e indubitosa, portanto.

E mais: o Tribunal de Contas também sempre aceitou isso. Quando houve a mudança da decisão, isso parou de ser feito. De onde se tira o delito? De onde se tira a má-fé? De onde se tira a situação decorrente do crime de responsabilidade?

O art. 85 da Constituição, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é claríssimo! Ele diz que o crime de responsabilidade se configura nos casos previstos na Constituição e em lei que sejam atentados à Constituição. O que é um atentado à Constituição? Um atentado à Constituição não é uma violação qualquer. O atentado à Constituição não é descumprimento de mera norma constitucional. Um atentado é ato violento, que atinge princípios que podem fazer desmoronar o sistema jurídico.

Os senhores vão dizer, a partir do relatório, que essas duas questões são atentados à Constituição, num país em que muitas pessoas estão sendo investigadas, em que há vários inquéritos em curso? Eu não estou acusando ninguém que seja alvo de inquérito, porque respeito o direito de defesa de todos. Não importa se são amigos ou inimigos, defendo que todos tenham o direito de provar a sua inocência. Mas há muitas pessoas que estão sendo investigadas, e a Sra. Presidente da República não tem nenhuma acusação, não está sendo investigada. Nenhuma! Absolutamente nenhuma! *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*



**O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO** - Portanto, um país em que há uma corrupção histórica e estrutural, um país em que a Operação Lava-Jato realiza investigações, em que várias pessoas estão sendo acusadas e investigadas, terá uma Presidente da República afastada sem nenhuma imputação grave decorrente de questões contábeis que sempre serão feitas por todos os Governos, que eram respaldadas pelos Tribunais de Contas, em que não se prova o dolo, em que uma simples conversa periódica com o Secretário do Tesouro é crime, segundo o denunciante dela? É isso que se quer? Não era isso, Sr. Presidente, seguramente, que os Constituintes queriam quando aprovaram o art. 85 da Constituição, porque nós não vivemos no parlamentarismo.

No parlamentarismo, sim, governos podem ser destituídos por perda ocasional de maioria. No parlamentarismo, sim, governos podem ser revistos após moção de censura aprovada pelo Parlamento. No parlamentarismo, muitas vezes, o próprio Presidente pode convocar eleições, refazendo a composição parlamentar. Há um nível de controle entre os dois Poderes que é evidente e muito diferente do que ocorre no presidencialismo.

O Brasil adota o sistema norte-americano, presidencialista. No presidencialismo, o Chefe de Governo é o Chefe de Estado. Por isso, a Constituição dá garantias e prevalência institucional ao Presidente da República, não como privilégio dele, mas sim como garantia institucional para que a Chefia de Estado esteja sempre afirmada. Só em casos excepcionalíssimos de atentado à Constituição pode ele ser afastado.



É por isso que o *impeachment* é uma medida excepcionalíssima. Só pode ocorrer diante de fatos graves, dolosos, que atentem contra princípios constitucionais estreitos.

Meras operações contábeis aceitas e feitas por todos os Governos, no âmbito federal, estadual ou municipal, respaldadas pelos Tribunais de Contas, aceitas por grande parte dos juristas, apoiadas pelos órgãos técnicos do próprio Governo, por funcionários de carreira, serem utilizadas como razão para *impeachment*, Srs. Deputados e Sras. Deputadas — permitam-me usar uma expressão que não é jurídica, é uma expressão que vem da Ciência Política —, isso é golpe! (*Palmas.*)

(*Tumulto no plenário.*)

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço ao Plenário respeito.

Vou ter de prorrogar o prazo. Cada vez que houver manifestação, de um lado ou de outro, serei obrigado a prorrogar o prazo. Vou prorrogá-lo por 1 minuto.

**O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO** - Na Ciência Política, a ruptura institucional feita à revelia das normas em vigor e sem uma mudança das classes ou dos estamentos é chamada golpe. No mundo do Direito, talvez sejamos um pouco mais sofisticados e mais brandos na formulação da linguagem. Diremos que é uma ruptura institucional, uma ofensa à Constituição, é, na verdade, uma situação ilegítima. Podemos dizer efetivamente o nome que quisermos, mas, para que o povo entenda, isso é a destituição de uma Presidente eleita pelo povo. É uma subtração do direito ao voto das pessoas.

Por isso eu lembrei esta frase de Ulysses Guimarães: “*Quando se suprime o voto, perde-se a liberdade. O povo é colocado na periferia da história*”. Se



---

eventualmente o Parlamento aprovar o *impeachment* nessas condições, o povo terá sido colocado na periferia da história, e a história jamais perdoará aqueles que romperam com a democracia criada em 1988! Jamais! (*Palmas.*)

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

**O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO** - Sempre que nós assistimos a golpes e a rupturas institucionais no mundo, às vezes, Sr. Presidente, há o aplauso fácil dado por alguns. Mas a História coloca, depois, as pessoas no seu devido lugar, no lugar de quem manietou a vontade popular, no lugar de quem ofendeu a Constituição, no lugar de quem desrespeitou uma democracia conquistada com tanto suor, tanta luta e tanta abnegação pelo povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente Eduardo Cunha, eu quero concluir dizendo que é evidente que, dentro desses fatos denunciados, de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, não há a menor base para este *impeachment*, não há ilícito, não há dolo. Se esta Casa vier a seguir outro caminho, estará revelando um descompromisso profundo com aquilo que outrora se decidiu e se festejou, quando se derrotou a ditadura no Brasil e se permitiu que o povo, livremente, expressasse a sua posição. Qualquer Governo que venha a nascer de uma ruptura institucional não terá legitimidade para governar perante a população, e, cedo ou tarde, isso será cobrado pela História.

Portanto, em nome da defesa da Sra. Presidente da República e na condição de Advogado-Geral da União, em face dos fatos que estão denunciados, em face dos argumentos que são lançados, em face da inconsistência evidente e manifesta do relatório aprovado pela Comissão Especial, defendo que esse processo não seja aceito, porque foi iniciado por ato de desvio de poder do Sr. Presidente; que esse



processo não seja aceito, porque as denúncias são manifestamente improcedentes; que esse processo não seja aceito, porque não existe fato nenhum imputado contra a Presidente da República capaz de afastar os 55 milhões de votos que a elegeram; que esse processo seja rejeitado, porque eu vivo, como todos nós vivemos, num país democrático, num Estado Democrático de Direito, que nós temos que honrar e respeitar, como quando viemos a esta tribuna e juramos respeitar o texto da Constituição!

Em nome da Sra. Presidente da República, peço, portanto, que este processo seja julgado improcedente, na defesa do seu mandato, na defesa do Estado de Direito, na defesa da democracia, na defesa do povo brasileiro, que merece respeito democrático e direito a que seu voto seja respeitado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

*(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para o cumprimento de dispositivo legal — art. 21 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 —, cada partido poderá indicar até cinco representantes para discutir a matéria, pelo período de 1 hora.

Serão chamados os oradores dos partidos de maior composição para os de menor, sem interrupções, para as Comunicações de Lideranças, não sendo permitidos apartes.

Cada Líder poderá usar a palavra pela Liderança, conforme a proporcionalidade das bancadas.

Passa-se à discussão da matéria.

Há Líder inscrito.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo, pela Liderança do PT.

Não haverá prorrogação de qualquer tempo.

Deputado Zé Geraldo, um momento, por favor. Antes de V.Exa. começar a falar, concedo a palavra ao Deputado JHC.

**O SR. JHC** (PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, remeto-me ao art. 165, que trata das disposições gerais das discussões.

Foi estabelecida uma lista prévia em que nós nos inscrevemos, mas ela não foi respeitada e ainda está sendo assinada por alguns Parlamentares.

Mas eu não vim aqui para questionar, até porque acho que a lista legítima é justamente essa, feita após o prazo inicial oficial da Mesa.

Eu gostaria de sugerir que, assim como no Pequeno Expediente, V.Exa. pudesse disponibilizar a lista em meio eletrônico, para que todos os brasileiros pudessem conhecê-la, para dar a ela mais transparência e para que nós Parlamentares possamos nos guiar por ela.

Portanto, sugiro que se disponibilize a lista no sítio da Casa, para que nós possamos ter acesso a ela e saber quais são os oradores inscritos a favor e contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O.k., Deputado. V.Exa. será atendido, embora não haja questão de ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo, pelo PT.

**O SR. ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente, V.Exa. tem certeza de que eu sou o primeiro da lista? (*Pausa.*)

Então, peço que V.Exa. reponha o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, seu tempo já está dado, já está correndo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que, neste momento, está assistindo à *TV Câmara* e, ao mesmo tempo, a esses tristes fatos, quero dizer a todos que, para mim, domingo talvez será o pior domingo da minha vida. E por que será o pior domingo da minha vida? Porque nós votaremos aqui a abertura de um processo de *impeachment* que, além de ilegal, é imoral. Ele já nasceu sujo, porque ele nasce exatamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Um momento, Deputado.

Peço que na tribuna fique apenas o orador. Respeitamos a equanimidade com defesa e acusação, mas, a partir deste momento, como alertei, a tribuna é do orador.

**O SR. ZÉ GERALDO** - Como eu vinha dizendo, essa peça de *impeachment* já nasce, além de ilegal, imoral, já nasce suja.

Aqui eu queria dialogar com o povo brasileiro que clama por justiça, contra a corrupção. Que vergonha, juventude brasileira, juristas brasileiros, professores brasileiros, trabalhadores brasileiros, nós julgarmos um *impeachment* instalado pelo Presidente Eduardo Cunha, que tentou nos chantagear no Conselho de Ética.





Fui eu quem deu esta resposta à imprensa brasileira. Quando me perguntaram: “*Vocês estão com a faca no pescoço?*”, eu disse: “*Não só estamos com a faca no pescoço; estamos também com a metralhadora na cabeça*”. E, a partir daquele dia, quando o Partido dos Trabalhadores não concordou em salvar esse Presidente no Conselho de Ética, ele instalou o processo de *impeachment* da Presidenta da República, por vingança.

Mas é com muito orgulho que, em nome da nossa bancada, quero dizer ao povo brasileiro que serei contra esse *impeachment* porque nunca na história do Brasil — nunca na história do Brasil —, em 12 anos, existiu um Governo que fez mais, de norte a sul, de leste a oeste, para todo o povo brasileiro.

Ninguém perguntava e ninguém perguntou se o Governador ou o Prefeito ou a Prefeita era do PSDB, do Democratas, do PPS, ou se você era de oposição ou de situação, para viabilizar o Programa Luz para Todos, o Programa Minha Casa, Minha Vida, a construção de creches, o Programa Ciência sem Fronteiras, o Programa Mais Médicos, enfim, para viabilizar todos os programas que chegaram às mais de 5 mil Prefeituras deste País, em todos os Estados brasileiros.

E agora Parlamentares desta Casa que se beneficiaram de todos esses programas e partidos que até outro dia defendiam a Presidenta Dilma estão querendo assassinar a democracia brasileira.

Digo a todos: quem votar domingo a favor desse *impeachment* estará sendo assassino da democracia.

Os mandantes estão fora daqui, na sua maioria. É a FIESP, aquela que dizia que, se Lula chegasse à Presidência da República, os empresários iriam embora do Brasil. É o Juiz Sergio Moro, porque, apesar de todas as torturas já feitas no Paraná



— aquilo não é só delação premiada, aquilo é tortura também —, não encontraram nada até hoje que desabone a conduta, a ética da nossa Presidenta da República.

Eu me orgulho muito da Presidenta Dilma, e todos aqueles deste Plenário estão orgulhosos, porque lá fizeram tudo, reviraram tudo, torturaram empresários para que fizessem delação premiada, e não encontraram contra ela uma vírgula.

Muito bem, meu companheiro do Rio de Janeiro vai continuar a defesa da nossa Presidenta Dilma e da democracia.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, tudo passa, mas a história fica. E aqui estamos escrevendo o nosso nome na história, quando decidimos se vamos ficar ao lado da democracia ou se vamos consumir um golpe pelo qual nos irá condenar a história.

É preciso dizer que vivemos uma grande crise. E a crise que sofremos decorre da crise política, causada por aqueles que não aceitaram o resultado das urnas. A sociedade brasileira precisa superar esta crise. Na superação desta crise, vamos contar com aquela que recebeu a delegação do povo brasileiro, nas urnas, com mais de 54 milhões de votos, para repactuar a sociedade brasileira. Mas fica a pergunta: aquele que não foi legitimado nas urnas vai ter a autoridade moral, ética e política para conduzir a sociedade brasileira? Não, meus senhores! Será o aprofundamento da crise.

Hoje vamos decidir se queremos construir laços que permitam unir a sociedade brasileira para superar as dificuldades que enfrentamos e apontar para o futuro, que é aquilo que as pessoas que estão nas vilas, nas cidades, nas portas das fábricas querem, ou se queremos nos submeter a um golpe de Estado para levar ao poder um programa que foi quatro vezes derrotado nas urnas. Em democracia,



soberano é o povo. O povo se manifestou nas urnas e, com mais de 54 milhões de voto, elegeu Dilma para presidir o Brasil.

O que se busca em uma situação em que não há crime — porque a Presidente não é ré; ela não responde a nenhum inquérito, não cometeu nenhum...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o próximo Líder, o Deputado Weverton Rocha, pelo PDT.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, estamos iniciando um processo de debate importante. O Brasil, há alguns dias ou meses, aguarda o desfecho desse momento aqui instalado. Este e os próximos 2 dias serão de debates duros, incisivos. Um muro foi construído na frente do Congresso Nacional. Sabemos que esta Casa vai ter a responsabilidade de desfazê-lo a partir de segunda-feira.

A posição que estamos tendo hoje, de enfrentamento e de resistência, é uma posição difícil, mas ela nos orgulha, porque eu, Deputado Weverton Rocha, os Deputados da bancada do PDT e os Deputados que defendem a democracia e a Constituição Federal sabemos da responsabilidade e do papel que estamos cumprindo nesta quadra do País. Aqui nós vamos ter vários momentos para expor as nossas ideias. Vamos ter vários momentos para colocá-las de forma clara.

Uma coisa é certa, Srs. Deputados: nós sabemos a importância do que significa este debate que estamos fazendo agora. O PDT está convencido: o cidadão de bem deste Brasil sabe que a solução para a crise econômica deste País não é destituir um Presidente eleito de forma democrática pelo voto.

Nós sabemos que todos os desgastes e impopularidades que um Governo possa ter precisam ser resolvidos dentro das suas ações governamentais, mas isso jamais nos autoriza a arrancar de forma bruta o mandato popular dado pelo povo brasileiro. Não! Aqui, dentro dessa luta resistente que nós estamos fazendo, eu tenho certeza de que nós iremos sair vitoriosos no domingo.



É uma luta árdua, porque não é fácil abrir um jornal e ver, por exemplo, a manifestação de instituições que representam o empresariado, que simplesmente representam os segmentos, e que foram, ao longo desses anos, as mais beneficiadas por este País. Quando nós ouvimos o grande empresário, quando nós ouvimos a grande mídia dizer que o caminho é por lá, é neste momento que nós temos que lembrar que o nosso caminho, com certeza, é do outro lado, porque eu não acredito que esses grandes bancos, que ganham milhões e milhões do povo brasileiro, vão dizer qual é o melhor caminho para o País. Claro que não!

Nós vamos ter que, neste momento, segurar firme para barrar este pedido de *impeachment* nesta Casa. Serão quase 200 bravos brasileiros — independentemente de partido —, muitos deles com críticas reais a este Governo que está aqui, mas sabendo que a crítica é uma questão e que o golpe é outra questão. E essa postura de se tirar o Governo da maneira que se quer tirar nós não iremos aceitar; nós não vamos permitir que isso seja feito.

Portanto, vamos iniciar este dia, e permaneceremos ao longo da madrugada, levando as nossas ideias, levando as histórias deste País e dizendo que domingo estaremos preparados para dizer “não” ao *impeachment*.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Bruno Covas, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Coutinho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** (SD-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente na Câmara, povo brasileiro, a melhor resposta que podemos dar ao povo brasileiro no próximo domingo é uma só: agir estritamente de acordo com a Justiça e com as regras da democracia, como determina a nossa Constituição. Mais do que uma resposta, essa é a nossa obrigação como agentes públicos e, sobretudo, como representantes legítimos da população.

É importante reafirmar o que tantos já disseram nesta tribuna e fora dela: *impeachment* não é golpe; é uma obrigação republicana, um mecanismo constitucional para afastar governantes que cometem crimes, como este Governo cometeu, como a Presidente Dilma cometeu.

O Governo está acabando, Srs. Deputados, porque é um Governo perdulário, é um Governo corrupto, protagonista da Operação Lava-Jato. O PT usou a estrutura pública para se perpetuar no poder, mas hoje tem suas figuras mais representativas, Srs. Deputados, julgadas e, inclusive, presas. O PT tem dois tesoureiros condenados, na cadeia, por malversação de dinheiro público, por extorsão de empresários, por uso da máquina pública e da estrutura pública para financiar um projeto político e um partido político.

O embasamento jurídico foi feito por juristas renomados e respeitados há pouco aqui nesta tribuna. E é preciso que se faça esta avaliação: este processo de



*impeachment* foi apresentado por um fundador do Partido dos Trabalhadores. Este processo de *impeachment* foi julgado pelo Tribunal de Contas da União. Vale salientar e lembrar que boa parte dos membros do Tribunal de Contas da União foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores.

Este Governo vai acabar e está-se acabando aqui nesta Casa. Acabou perante os brasileiros e perante a opinião pública, porque lhe falta seriedade, porque lhe falta zelo ao dinheiro público, porque lhe falta, acima de tudo, respeito ao povo brasileiro.

Eu tenho convicção, Srs. Deputados: por onde nós andamos, nós sentimos que a cada dia esta Casa está convencida de que o momento do PT está-se acabando.

No próximo domingo, nós vamos votar nesta Casa e obter uma derrota fragorosa à corrupção, a um partido que usou o dinheiro do povo brasileiro para se perpetuar no poder.



**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão à Mesa e a V.Exa., para que não sofra atraso o início dos debates por parte dos partidos: que V.Exa. conceda a palavra aos Líderes no intervalo entre um partido e outro. Acho que, com isso, nós começaríamos a ganhar tempo. Se todos os Líderes forem falar, os partidos começarão a falar muito tarde.

Portanto, solicito a V.Exa. que dê início à fala dos partidos, e os Líderes falam entre um partido e outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O.k., eu posso até fazer isso, se não houver objeção. Porém, se houver Líder...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não há concordância.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Bom, não há concordância. O.k.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, com base no art. 74, VII, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Qual é a questão, Deputada?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Reclamação. Sem revisão da oradora.) - A minha questão é a seguinte: há cerca de 3 semanas, V.Exa., numa abordagem, aqui, sobre o PPS, permitiu ao PPS responder ofensas que tinham sido feitas ao partido. O orador que me antecedeu...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não, não, não.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - ...fez ofensas ao Partido dos Trabalhadores, e eu quero refutá-las.





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não, não, não, Deputada. Essa reclamação, não.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Mas, de toda forma, eu a faço como questão de ordem a V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Foi só citação nominal. Eu não permiti a partido... Porque foi colocado em dúvida se havia sido citado nominalmente o orador. Não haverá, porque senão esta sessão vai acabar daqui a 3 meses.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Não tem problema, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Então, se houver citação nominal — nominal —, nós faremos valer o direito regimental.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sem problemas, apenas eu fui (*ininteligível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A partido não há esse direito, porque partido aqui só fala pela Liderança.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje estamos numa sessão histórica. Estamos iniciando o julgamento da Presidente Dilma Rousseff.

E este julgamento se dá exatamente pelo cometimento de crimes de responsabilidade já amplamente conhecidos: S.Exa. atacou e feriu a Lei Orçamentária em 2014 e em 2015; atacou e feriu a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal; atacou e feriu a Constituição Federal. Esses são os motivos pelos quais S.Exa., a Presidente Dilma Rousseff, está sendo processada nesta Casa.

Sr. Presidente, nós do Democratas estamos convencidos de que o momento pelo qual o Brasil passa é uma encruzilhada. Nesta encruzilhada, nós rogamos ao Congresso Nacional, rogamos ao povo brasileiro — como se estivéssemos aqui, agora, fazendo um toque de reunir os brasileiros, de norte a sul e de leste a oeste — , para que nós, juntos, possamos conseguir resolver a crise que o Governo da Presidente Dilma trouxe para o nosso País.

Não vamos aqui achar que a solução é fácil. Há milhões de brasileiros desempregados. A crise moral que se instalou no País está levando os brasileiros a se envergonharem do Governo que têm. Não, Sras. e Srs. Deputados, não podemos continuar da forma como nós estamos. Temos que buscar uma alternativa. Temos que buscar uma saída. E a saída hoje se impõe: o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.



Não vamos tergiversar com isso. O povo brasileiro não aguenta mais o que a Lava-Jato está trazendo à tona. O povo brasileiro está envergonhado de ver essa corrupção sistêmica que foi instaurada no Governo do PT. O povo brasileiro está envergonhado de ver uma empresa como a PETROBRAS ser devastada.

Senhores — pasmem! —, a compra da refinaria de Pasadena foi um marco: a empresa valia 42 milhões de dólares, mas a PETROBRAS pagou 1 bilhão e 200 milhões de dólares por ela, com anuência do seu Conselho, então presidido pela Presidente Dilma Rousseff.

Quebraram a PETROBRAS, que hoje tem uma dívida de mais de 500 bilhões de reais. Sem dizer que, desde 2009, a Presidente já manda para o BNDES recursos do Tesouro, que até 2014 somaram 500 bilhões de reais, dinheiro esse que foi destinado aos amigos do Governo. Os Procuradores, a Justiça Federal e a Polícia Federal dizem que o ex-Presidente Lula é intermediário de grande parte desse dinheiro, seja para Governos totalitários, seja para os amigos empreiteiros.

O Brasil está com vergonha. O Governo agiu de uma forma irresponsável, de uma forma solerte, não respeitando os milhões de votos que S.Exa. obteve. O Governo mentiu para o povo, mentiu para uma Nação inteira. E agora só nos resta fazer justiça, buscar uma solução. E a solução só pode ser uma: o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff!

Eu confio no povo brasileiro, eu confio nos representantes brasileiros. Vamos nos unir nessa tarefa patriótica em favor do Brasil.

*Impeachment* já!



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Já que não houve acordo, eu vou chamar, pela ordem, todos os Líderes que estão inscritos. Os que não estiverem presentes vão perder a fala, e vamos continuar a discussão.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado José Guimarães, pela Liderança do Governo. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, pelo PSOL.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira questão que eu quero colocar aqui é que nós temos um réu comandando uma farsa — e o pior é que ele está livre, leve e, principalmente, solto, comandando essa farsa.

Na verdade, todo o debate que nós fizemos na Comissão Especial do *Impeachment* foi no sentido de que a Presidenta da República só pode ser cassada por crime de responsabilidade, e a acusação é de pedalada fiscal.

Quero dizer, inclusive, que o defensor colocou que houve milhões de isenções fiscais aqui. É verdade. Foram 120 bilhões de isenções fiscais para grandes empresas, para monopólios, só que votaram a favor os governistas e votou a favor a Oposição de direita. O único voto contrário às desonerações foi do PSOL. Podem verificar nas atas.

Então, isso que eles estão falando, que é o descalabro econômico, foi praticado conjuntamente por esta Casa.

O que existe, de verdade, é que há uma operação em curso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para substituir Dilma por Temer — o mesmo que também assinou pedaladas fiscais. Querem trocar Dilma por Temer. E o Temer tem 60% de rejeição. Ninguém quer o Temer.

Quem saiu para a rua para dizer “*Fora, Presidente Dilma*” não vai para a rua defender o Temer. Essa é a grande farsa que está sendo montada pela grande



mídia, que está sendo montada pelo PIB brasileiro e pelos partidos de oposição, que já estão distribuindo os Ministérios.

Não há crime de responsabilidade! Essa é uma questão contábil, mas que está sendo utilizada como uma grande desculpa para expulsar a Presidente, de modo que os brasileiros paguem ainda mais pela crise econômica, ou seja: reforma trabalhista, reforma da Previdência.

Por isso, nós dizemos, em alto e bom som, que o que está se fazendo aqui tem nome: ruptura institucional, golpe institucional, comandado por alguém legítimo e por alguém ilegítimo...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pelo PCdoB, tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que estamos debatendo nesta sessão e nas sessões seguintes fará parte da nossa história, repercutirá e terá impacto na vida dos brasileiros de agora e das próximas gerações.

Não há como afastar a qualificação deste momento, deste processo, como uma farsa, uma verdadeira farsa. Não é possível pensar em fazer julgamentos quando há ausência de crime. Se não há crime, não há que se fazer julgamento!

As defesas apresentadas pela Presidenta Dilma são absolutamente inquestionáveis. Aqui se viu a diferença: de um lado, a acusação, com conteúdo panfletário, sem indicar qual é o crime; de outro lado, a demonstração cabal de que não existe crime que justifique o encaminhamento, o acatamento desse pedido de *impeachment*.

Mas a Oposição não quer discutir, não quer tratar desse assunto, porque há uma decisão comandada pelo Presidente da Casa para que essa farsa chegue ao seu objetivo: produzir um golpe de Estado no nosso País.

O Presidente da Casa deveria se dar por impedido na condução deste processo, mas ele o acatou de forma indevida, motivado por razões pessoais, para tentar defender o seu mandato, com um conteúdo de retaliação. Ele é beneficiário direto e é do partido que seria beneficiário, na hipótese de o *impeachment* passar nesta Casa. Se ele tivesse um mínimo de critério, se daria por impedido de presidir esta sessão e de votar neste processo. Eu cobro isso do Presidente da Casa, como já fiz em outras oportunidades.



Por essa razão, Sr. Presidente, nobres Deputados, sociedade brasileira, ninguém mais tem dúvida disto: o que está em curso é um golpe, e o golpe não passará.

Não adianta dizerem por aí que já alcançaram número suficiente. Não o terão. E, no domingo, nós vamos derrotar essa tentativa de golpe. *(Palmas.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pelo PHS, concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia.

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegamos a um momento histórico em nosso País. Tenho a alegria de participar deste momento e de poder contribuir com o meu voto para mudar a história e os rumos deste País, neste 1 ano e 2 meses de mandato.

Sou um ex-vendedor de roupas que hoje atua e trabalha pelo povo brasileiro no Congresso Nacional; uma pessoa que morou em casa de madeira, dormiu junto de rato, cobra, barata. Sou alguém que conhece bem a realidade que milhares e milhares de brasileiros enfrentam no dia a dia.

Não tenho dúvida dos crimes que foram cometidos por este Governo, porque acompanho e vejo com os meus próprios olhos, a cada viagem, a cada visita que faço às regiões mais longínquas do Estado do Paraná, pessoas que estão lá na ponta sofrendo e pagando um alto preço como consequência de tanto escândalo, de tanta corrupção e de tanta sujeira, que mancha a classe política e acaba com ela.

Temos travado batalhas contra os ataques à família, os ataques ao direito à vida e tantos outros aqui neste Congresso.

Este é um momento decisivo, o momento em que nós temos a oportunidade de virar o jogo, de virar a página. É preciso que os Parlamentares estejam unidos, que a classe política se una para que isso, de verdade, possa acontecer, para que mudanças reais possam acontecer no nosso País.

O povo não aguenta mais tanta corrupção, tanta sujeira. O povo quer, sim, que este processo avance nesta Casa e nós possamos dar uma resposta a milhares



e milhares de pessoas que anseiam e esperam pelo nosso posicionamento neste domingo.

A minha posição foi declarada há muito tempo, com muita consciência e muita tranquilidade. Não fui induzido por ninguém; ninguém me comprou; não tive o meu voto comprado — o meu voto não tem preço. Estive consciente, desde o primeiro momento, de como eu votaria: a favor deste processamento. Espero que este processo avance e vá para o Senado Federal.

Eu anseio que os meus colegas Parlamentares também tenham o mesmo posicionamento aqui nesta Casa e façam o seu trabalho...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Líder Paulo Foletto, do PSB.

**O SR. PAULO FOLETTO** (PSB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, cidadãs e cidadãos brasileiros que neste momento nos acompanham através da *TV Câmara* por este Brasil todo, antes de começar o meu discurso, como o tempo é curto, não vou fazer 1 minuto de silêncio, vou fazer 10 segundos de silêncio.

*(O orador presta a homenagem.)*

**O SR. PAULO FOLETTO** - Senhoras e senhores brasileiros, esse é o silêncio que acontece hoje na economia nacional, que está parada, caminhando para a morte, com parada respiratória, sobrevivendo por aparelhos.

Esse é o silêncio que acontece na saúde brasileira, que faz com que cidadãos que têm condições de sobrevivência não sobrevivam.

Esse é o silêncio da educação brasileira, que, no período do Governo da Presidente Dilma, que se intitulou de Pátria Educadora, não aportou recursos para as universidades. Antes de se preocupar com a universidade, tinha que ter se preocupado com a educação básica, com a creche, com a educação fundamental, com o ensino médio. A nota de todos os testes a que estamos sendo submetidos está sempre piorando.

Esse é o silêncio da infraestrutura do País, que, no ano que vem, não tem dinheiro para tapar buraco de estrada. Não se trata de começar obra nova, não. Esta Nação, que já esteve entre a quinta, a sexta e a sétima economia do mundo, não tem recurso para tapar buraco de estrada no ano que vem.



Esse é o silêncio a que o povo brasileiro não vai se submeter. O povo brasileiro vai continuar nas ruas neste final de semana, porque não quer mais este Governo. Refiro-me à grande maioria, não àquele que recebeu financiamento para ir às ruas protestar, em uma prática comum do PT e dos partidos aliados. Espontaneamente, o povo brasileiro vai às ruas dizer que não quer mais este Governo.

Eu e a grande maioria dos meus companheiros de partido, após várias reflexões, permitindo inclusive opiniões contrárias, informamos que a bancada do PSB hoje tem mais de 90% dos seus votos favoráveis ao *impeachment* da Presidente.

Este não é um voto que dou com alegria. Não é um voto sobre o qual venho aqui falar, em nome do meu partido, nesta sessão de hoje, com alegria. Eu falo com tristeza, porque nós deveríamos, nesse período de 13 anos e meio, estar deslançando, mas este Governo não se preocupou com a roubalheira.

Vou ler tudo que disse Ulysses Guimarães no dia da promulgação da Constituição brasileira, e não parte do discurso, como fez o Ministro José Eduardo Cardozo.

Ulysses Guimarães, na promulgação da Constituição, que o PT não assinou, disse o seguinte:

*“A moral é o cerne da Pátria. A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam.*”



---

*Não roubar, não deixar roubar, por na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.”*

Isso foi dito por Ulysses Guimarães no dia da promulgação da Constituição que nós utilizamos até hoje.

Por isso, senhoras e senhores, é com tristeza que eu venho aqui apoiar o impedimento da Presidente Dilma, mas também com alegria, por saber que, se esta Casa não tomar esta atitude de remeter ao Senado a continuidade desse procedimento, este País vai se afundar cada vez mais.

A Presidente enfiou o País em um buraco econômico, em um nó político que ela não tem competência para desatar. E a história de golpe já passou, porque *impeachment* está na Constituição brasileira, na Constituição que o PT não assinou — por várias e várias oportunidades, tentou aqui “impeachmar” Presidentes como Fernando Henrique Cardoso, como Itamar Franco. Então, vale para João, mas não vale para Manoel?

Por isso, senhoras e senhores brasileiros que nos assistem neste momento, com tristeza nós vamos ter que tirar essa Presidente. Nós gostaríamos de estar batendo palmas para bons programas, de estar batendo palmas para uma economia em evolução, e não de estar constatando que ela cometeu falhas administrativas, erros constitucionais; que ela se apoderou de recursos públicos que não tinha o direito constitucional de obter. Isso fez com que este Congresso, após a perda do controle político e administrativo da Nação, que enfiou a Nação em um buraco sem fundo, tivesse que tomar a atitude que 90% do PSB apoia.

O *impeachment* da Presidente Dilma não é golpe e está na Constituição.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Alex Manente, pelo PPS, para uma Comunicação de Liderança.

**O SR. ALEX MANENTE** (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vivemos um momento histórico, talvez o momento mais importante desta Câmara nos últimos tempos, nas últimas décadas. A Câmara poderá, no domingo, posicionar-se sobre aquilo que a sociedade brasileira clama há muitos e muitos meses, durante os quais a população observou uma crise econômica das mais graves que nós já tivemos, sofreu com o desemprego, com o arrocho salarial e com a diminuição da renda e do poder de compra do trabalhador e da trabalhadora brasileira.

E, na Comissão Especial do Impeachment, nós tivemos a oportunidade de identificar que os requisitos constitucionais constantes da ação impetrada por três grandes juristas brasileiros são altamente fortes, para podermos estar certos de que a Constituição foi descumprida. Os ritos técnicos cumpridos no nosso procedimento da Comissão Especial do Impeachment mostraram que esses requisitos são juridicamente consistentes.

Mas também não é possível admitir o que vivemos no Brasil: essa onda de corrupção que se instalou no nosso País e que mexeu efetivamente com a economia de todos os brasileiros. Nós observamos uma população indignada, ansiosa, e nós teremos a oportunidade efetiva de, no próximo domingo, cumprir o papel que a sociedade tem clamado.

A sociedade brasileira está aguardando, e, certamente, domingo, nós começaremos a escrever uma nova história. Será um recomeço para o nosso País,



o primeiro passo de um país que quer crescer e, efetivamente, trazer as melhorias de que a população precisa.

Nós estamos em uma das representações mais importantes de cada Parlamentar. A história de qualquer um não é maior do que o momento que viveremos no domingo. Eu, particularmente, que venho do Grande ABC Paulista, onde nós sofremos diariamente com a crise instalada no País, tenho a responsabilidade de honrar a confiança de toda aquela região, em especial, da cidade de São Bernardo do Campo, mostrando que o Brasil e o Grande ABC querem um novo rumo para o País.

*O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ronaldo Nogueira, para falar pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. RONALDO NOGUEIRA** (Bloco/PTB-RS. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna proferir discurso para reiterar meu compromisso com a Constituição Federal e com a defesa da democracia. O respeito à legislação é uma das primeiras medidas para caracterizar atos de legalidade. Motivado por esses princípios é que decidi pelo voto a favor da admissibilidade do processo de *impeachment* ante seu desfecho neste domingo.

Deixo claro ao povo brasileiro que o que ocorre aqui contará com meu apoio enquanto seguir os ditames regimentais, legais e constitucionais, uma vez que assim estarão assegurados os princípios basilares da democracia, como o contraditório e a ampla defesa, sempre exercidos através do Advogado-Geral da União, na Comissão Especial instalada na Câmara dos Deputados.

Observemos que nenhum instrumento legítimo da Justiça foi negado a S.Exa. a Presidente da República, sejam mandados de segurança ou ações diretas de inconstitucionalidade, e ainda pode contar com a vigilância do Supremo Tribunal em relação à preservação dessas garantias constitucionais. E eu tenho plena confiança naqueles que detêm a responsabilidade de ocupar um assento na mais alta Corte de um país de mais de 200 milhões de pessoas, que contam com essa segurança jurídica.





Devemos reafirmar a importância de nossas instituições na consolidação da nossa democracia e que existe um só Brasil, uma só sociedade, um só povo e uma só Pátria; não há muros na nossa Constituição.

A decisão do meu voto não se motiva pelo espectro ideológico, nem pelo insucesso do Governo na condução da política econômica, mesmo sendo de muita relevância, pois essa condução tem levado o País a uma profunda crise, mas a decisão é pelos crimes de responsabilidade cometidos.

Admito ser difícil de apartar todas as questões correlacionadas com o cometimento de crime de responsabilidade pelo mais alto escalão do Poder Executivo, mas devo ser justo e declarar um voto despido de qualquer paixão ou sentimento que possa me influenciar negativamente no sentido de concretização da Justiça.

Restringindo-me aos aspectos formais de todo este processo, entendo que o procedimento que agora discutimos é digno de admissibilidade por esta Casa.

Destaco a desnecessidade de oferecimento de denúncia, de instauração de processo judicial e da existência de sentença condenatória para que seja admitido o processo de *impeachment* pelo Congresso Nacional. Entendo que a existência de qualquer crime, por qualquer pessoa, não está atrelada à concretização judicial de sua persecução penal. Logo, havendo o “mero” cometimento de crime de responsabilidade, autorizada deve ser a tramitação do impedimento.

A configuração dos crimes neste caso advém do art. 85 da Constituição Federal, que define como crimes de responsabilidade os atos da Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a lei orçamentária (inciso VI), caso em que se encaixa a abertura de créditos



suplementares por decreto presidencial sem autorização do Congresso Nacional (art. 167, inciso V, da Constituição Federal; art. 10, item 4 da e art. 11, item 2, da Lei nº 1.079, de 1950) e a contratação ilegal de operações de crédito (art. 11, item 3, da Lei nº 1.079, de 1950).

Concluo que são explícitas e comprovadas através de tomada de contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União:

- A fraude do Decreto de Programação Financeira de Contingenciamento, em face da frustração de receita do FAT e da sobre necessidade de suplementação de despesas do seguro-desemprego, onde deveria ter responsabilmente contingenciado R\$ 14 bilhões e não o fez;

- O pagamento de despesas não obrigatórias (PRONATEC, FIES, Ciência Sem Fronteiras, entre outros programas sociais) para que as contas públicas não apresentassem déficit, que não fez. Optou por utilizar o dinheiro da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para pagar esses programas, contrariando o disposto no art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- A edição de decretos executivos para abertura de créditos adicionais de forma unilateral (sem passar pelo crivo do Legislativo e seu procedimento específico);

- Ainda, houve omissão do Banco Central em contabilizar as pedaladas fiscais como dívida pública, permitindo a ocultação a real situação das contas do Governo.

Diante de todo o exposto, reitero, por estas e outras razões, não só a possibilidade da continuidade do procedimento de *impeachment*, mas a necessidade dela. Voto aqui de maneira tranquila, com a consciência de ter exercido de forma plena a minha responsabilidade como Parlamentar.



Era o que eu tinha a dizer.

*O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Dilceu Sperafico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

**O SR. DILCEU SPERAFICO** (Bloco/PP-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço primeiro ao nosso Líder pelo espaço da Liderança neste momento e quero dizer que vivemos um momento muito importante no nosso País, um momento histórico, em que temos uma grave crise política, uma grave crise econômica, e essa crise econômica só vai ser resolvida se a crise política tiver um fim. E o fim está próximo.

Nós estamos vivendo este momento em que nós, a bancada do Estado Paraná, a bancada estadual, nossos Deputados Schiavinato e Maria Victória, a Executiva do Paraná, já na semana anterior, tomou uma decisão de trazer a público a todo o Estado do Paraná e a seus simpatizantes a nossa decisão de apoiar o *impeachment* da Presidente.

Neste momento, estou muito satisfeito por estar aqui, falando também em nome do Partido Progressista, para dizer para toda a sociedade brasileira que a solução mais rápida, mais prática, para que nós possamos achar um caminho, achar a solução e melhorar as condições do nosso País é um novo governo.

Meus amigos, nós já devemos pensar que precisamos ter um governo mais enxuto, um novo governo, que realmente resolva os problemas do nosso País. São problemas que estão aí incrustados, como a falta de recursos para a saúde, a falta de recursos para a educação, enfim, problemas que precisam ser solucionados.

Com o atual Governo, não temos a mínima perspectiva, não temos a mínima possibilidade de ver uma solução mais remota. Por isso, o meu voto, a minha decisão pessoal já tem sido tomada há mais tempo, e queremos que nossos



companheiros também nos acompanhem, para que nós possamos, já no próximo final de semana, ter uma perspectiva e uma mudança na nossa economia.

A nossa economia só vai tomar um novo rumo, só vai tomar uma nova decisão, se nós tivermos um novo governo. O Governo que está aí já não existe mais; é um governo que está somente se preocupando neste momento com a manutenção do poder e, neste momento, o Brasil não precisa mais de manutenção do poder. Nosso País precisa, sim, de uma solução para os problemas. Os problemas que estão explanados aí são graves, são problemas que precisam ter uma medida urgente e forte.

Acredito, sim, que com a coalizão de todos os partidos desta Casa poderemos fazer um governo de transição, ajudando o próximo Presidente a fazer um governo que seja voltado para a população brasileira, um governo que combata a corrupção, um governo que vá ajudar os mais necessitados. Temos, sim, problemas para serem resolvidos agora; neste momento é que nós precisamos achar essa solução. A solução, que é votar “sim”, com certeza, estará aí, no próximo domingo.

Eu quero aqui ceder um espaço para o nosso Deputado do Partido Progressista Renato Molling, para concluir esse nosso espaço.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Molling.

**O SR. RENATO MOLLING** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Dilceu Sperafico.

Saúdo o Presidente da Câmara e todos os Parlamentares. Quero dizer que nós estamos vivendo um momento muito importante no Brasil, um país que é maravilhoso, que tem um potencial enorme para dar oportunidade às nossas pessoas, aos nossos jovens, às nossas crianças, de sonharem com um futuro melhor.

Para isso é fundamental, Sras. e Srs. Deputados, que nós votemos pelo *impeachment* no domingo. Esse Governo que aí está já demonstrou, através do exemplo que deu, que não tem mais as mínimas condições de governabilidade. No momento em que o Governo não dá exemplo, todo o resto segue a mesma coisa.

Por isso, nós estamos hoje em um país não muito sério. Mas existe espaço para a política séria, para políticos sérios, para quem fala a verdade. Eu acredito neste nosso País, em Michel Temer, que tem experiência, que já foi três vezes Presidente desta Casa, que é Presidente do maior partido do nosso País e que, tenho certeza, tem todas as condições de fazer um pacto nacional.

Sozinho, um presidente não consegue governar; ele precisa dos movimentos sociais, de todas as pessoas do nosso País. E, como é um homem de muito diálogo, eu tenho certeza de que Michel Temer vai conseguir fazer isso.

Nós somos 513 Deputados, infelizmente de regiões diferentes, de posições diferentes, de interesses diferentes. Se não tivermos um governo forte, um Executivo forte, que dê rumo ao nosso País, nós não conseguimos resolver as questões.



Entretanto, no momento em que há um governo que dá um rumo planejado, que tem um projeto, com certeza o Congresso vai estar presente para encaminhar este nosso País rumo ao desenvolvimento, rumo ao crescimento, rumo à oportunidade que se dá através do emprego, que se dá através do trabalho.

Nossas indústrias têm um potencial muito grande para crescer, para gerar emprego, para gerar renda, para exportarmos. Mas, para isso, deve haver um governo que tenha credibilidade, um governo que saiba o que quer, um governo que saiba negociar com os outros países, para que possamos não só trabalhar aqui no mercado interno, mas também exportar produtos manufaturados, produtos primários, para que possamos trazer divisas através do trabalho em nosso País.

Sr. Presidente, fico muito feliz com o Partido Progressista, que vai fechar questão hoje, a partir das 16 horas, a favor do *impeachment*, por ser uma questão de extrema importância, fundamental para a governabilidade do nosso País.

Graças à mobilização do nosso Líder, do nosso Presidente e de todos os Parlamentares do Partido Progressista, que demonstraram muita firmeza, muita posição em favor do País, em favor do grande potencial que o País tem, tenho certeza de que nós temos grandes condições, grandes potencialidades para colaborar com nosso País, seja onde for, pelas pessoas que o País tem, pela qualidade dos Deputados.

Que todos realmente reflitam bastante e que tomem a decisão certa, para que nós possamos, nesta hora tão importante, realmente dar aquilo que o nosso povo precisa e espera: ter uma política correta, uma política séria, de falar o que se pode fazer, de não se gastar o que não se tem, porque, quando se gasta mais, isso fica muito caro. Qualquer família hoje que gasta mais do que ganha não aguenta por



muito tempo. Assim também, qualquer indústria que gasta mais do que tem quebra. E com o nosso País é igual: vamos gastar o que temos, gastar bem, com seriedade, para o bem do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Takayama, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

**O SR. TAKAYAMA** (Bloco/PSC-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha, componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, eu não venho a esta tribuna hoje com alegria. Eu estava conversando com o meu companheiro Gilberto Nascimento, companheiro de bancada, e nós dialogávamos sobre a nossa tristeza por ter que conviver com este momento. Deixo amigos em ambos os lados.

Eu sei que toda essa minha fala tem início quando comecei minha vida como Vereador e me encantei com o discurso de uma esquerda que, no seu discurso da moralidade, combatia tudo que exatamente pratica hoje. Por isso é que eu venho a esta tribuna, e quero agradecer a deferência do meu Líder, Deputado Andre Moura, por me permitir falar em nome dos correligionários do PSC, Sr. Presidente, para dizer que sou a favor hoje do *impeachment*, por uma razão muito clara: nós não podemos conviver com o que está acontecendo, com uma prática contrária ao discurso do PT, discurso esse que me encantou a ponto de certa parte da minha vida estar ao lado deles. Hoje vejo que praticam exatamente o contrário daquilo que falam.

É essa a razão pela qual o PSC hoje marca presença para dizer à Nação brasileira que não há alegria no que está acontecendo. Não queríamos que o Brasil chegasse a uma situação como esta: arrasado, zombado, criticado pela opinião do mundo todo. Todos os jornalistas, nações inteiras em todo o mundo estão criticando a administração desastrosa de uma pessoa que, na sua obsessão pelo poder, queria transformar esta Nação cristã numa república bolivariana. Isso nós não podemos



aceitar. Sangrou o dinheiro do povo brasileiro para financiar obras em países de esquerda, como o porto em Cuba, e ainda afirmam que é democracia. Se é democracia, por que o país que eles tanto admiram não é uma república em que há eleições? Há mais de 40 anos não há eleições em Cuba, mas — repito — ainda afirmam que isso é democracia.

Nós não queremos esse modelo. O PSC se coloca, Sr. Presidente, frontalmente a favor do *impeachment* dessa pessoa que destruiu a Nação brasileira, não mediu consequências. Eu estou triste porque sei que haverá desdobramentos, como se já não bastasse o pobre do trabalhador. Há quem afirme que é trabalhador, mas está recebendo desse Governo sem trabalhar.

Eu quero me direcionar aos trabalhadores brasileiros, esses que ajudam a construir a Nação que eu vou deixar para meus filhos, para meus netos, não esta Nação que eu estou vendo esta Presidente organizar.

Lamento muito ter que usar a tribuna para dizer: queremos o *impeachment* de um governo que não sabe gerenciar, que está levando este País à bancarrota, que está tirando os empregos, que coloca o Brasil num dos mais baixos PIBs do mundo. Nós estamos vergonhosamente tendo que assistir a essa situação, e ainda eles vêm dizer que não há *impeachment*, porque isso é golpe. Que golpe? Golpe é o que esse Governo está fazendo, acabando com a Nação brasileira, com esta situação de vexame, de roubalheira, de decadência, de descaso, de querer colocar para os nossos...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Declaro encerradas as inscrições individuais para discussão da matéria.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar pelo PV, concedo a palavra ao Deputado Evandro Gussi. *(Pausa.)*

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há quantos inscritos, por favor? Há como informar?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, dessa lista, é o último. Passa-se à discussão da matéria.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Há quantos oradores individuais inscritos?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não sei ainda. Quando chegar, depois eu informo.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Por favor, informe ao Plenário. Temos esse direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Relação dos Parlamentares indicados pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB para discussão, em turno único, do parecer da Comissão destinada a dar parecer: Líder Deputado Leonardo Picciani, Lelo Coimbra, Osmar Serraglio, Soraya Santos e Manoel Junior.

O critério estabelecido pela Presidência é o cumprimento da lei, que diz que são até cinco representantes por partido. Daremos o tempo direto de 60 minutos. Caberá ao partido fazer a alternância ou não, no momento em que desejar.

Então, inicia-se o tempo de 60 minutos do PMDB.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para discussão da matéria, pelo PMDB, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Plenário da Câmara dos Deputados, aqueles que nos escutam neste momento, eu quero iniciar a minha fala fazendo um agradecimento à bancada do PMDB. Quero agradecer à bancada do PMDB pela forma madura e correta com que debateu esse tema.

Começando na manhã e terminando na tarde de ontem, a bancada do PMDB pôde se manifestar sobre um posicionamento a ser adotado no Plenário da Câmara dos Deputados. Foi a primeira instância do partido que tratou diretamente da questão do *impeachment*. O partido, em nenhuma outra instância, havia, até a data de ontem, feito qualquer tipo de encaminhamento ou debate acerca do processo de impedimento. E a maioria expressiva da bancada, cerca de 90% daqueles que se manifestaram, optou por manifestar a posição em favor do processo de impedimento.

Eu quero, neste momento em que cumprimento a bancada do PMDB por sua conduta neste processo, agradecer à bancada pela liberdade e compreensão que teve comigo em respeitar o meu posicionamento, em respeitar a forma como me manifestarei no Plenário desta Casa, o que já é amplamente conhecido e público, tanto da Casa, da bancada do PMDB, quanto da sociedade brasileira.

Então, eu quero aqui, neste primeiro momento em que o PMDB fala neste processo, dizer que, por decisão da bancada do PMDB, a orientação é favorável ao processo de *impeachment*. (Palmas.)



Num segundo momento, eu quero me dirigir à sociedade e a todos para dizer que entendo este momento como de extrema gravidade da vida nacional. Um processo como este não é motivo de comemoração para ninguém. Ao contrário, é motivo de preocupação, de atenção, em que devemos estar atentos ao seu desdobramento, ao passo seguinte, ao dia seguinte.

Eu sou de uma geração que não viveu o arbítrio da ditadura, que conhece essa página da história pelos livros. Eu sou de uma geração também que acompanhou, ainda na infância, sob a perspectiva, sob a visão que a infância nos dá das coisas, o processo de impedimento do ex-Presidente Fernando Collor. Eu confesso que não imaginava que a minha geração visse a viver novamente um momento como aquele. Quis o destino e as circunstâncias que aqui estivéssemos, mesclando no plenário a presença de pessoas da minha geração, que, como disse, não viveram diretamente este momento, com a de outros de mais experiência que viveram este momento da vida nacional.

Uma vez que constatamos a gravidade deste momento, é preciso que pensemos, sobretudo, no País. Nós vamos chegar aqui, no domingo, com a incumbência de tomar uma decisão num processo de extrema gravidade. O processo de impedimento do Presidente da República, no presidencialismo brasileiro, eleito legitimamente pelo voto da população, é grave. E, por ser grave, ele tem que ser tratado por cada um de nós com a seriedade que merece, seja qual for a posição que tenhamos a respeito desse tema. Seja qual for a nossa posição, esse tema não pode ser tratado como algo simples ou como algo menor; tem que ser tratado com a grandeza que merece. E, ao tratar esse tema com grandeza, seja qual for o resultado que se obtenha, no dia seguinte o País poderá reencontrar o caminho



---

da reconciliação, o caminho em que todos voltem a sentar à mesa e a construir o futuro.

Nós perdemos, inteiramente, o ano de 2015 em disputas políticas, e lá se vai um quadrimestre do ano de 2016 em que nós estamos nessa discussão, que terá um desfecho no próximo domingo.

Na minha fala, após expressar a decisão da bancada do PMDB, eu quero fazer um apelo, sobretudo aos meus companheiros de bancada e ao conjunto de Parlamentares desta Casa: seja qual for o resultado que este Plenário estabelecer, pelo voto da maioria, pelo voto necessário, no próximo domingo, que nós todos tenhamos grandeza para com o País.

Essa grandeza faltou no pós-eleição de 2014. Nós viemos de uma eleição dividida, de uma eleição disputada, de uma eleição dura. Faltou a quem ganhou a eleição a compreensão de que havia vencido, mas que havia uma profunda divisão na sociedade e no País e que era preciso restabelecer as pontes, restabelecer o diálogo, restabelecer um ambiente que permitisse a conciliação necessária à sociedade e ao País.

Ao outro lado, dos que perderam a eleição, faltou a grandeza e a resignação de aceitar a vontade das urnas. Cada um de nós chegou a esta Casa pela vontade do eleitor, pela vontade soberana do voto, da urna, a qual nós devemos respeitar. Faltou, sim, ao outro lado essa grandeza. As ambições pessoais e o inconformismo, muitas vezes injustificado, foram postos acima do interesse nacional, foram colocados à frente do interesse da Nação. Isso nos levou à situação em que estamos neste momento.



O País não atravessa, de fato, um bom momento, não atravessa, de fato, um momento a se festejar. Ao contrário, atravessa um momento em que devemos refletir e buscar, nessa reflexão, encontrar as propostas, encontrar o diálogo, encontrar o caminho que nos permita chegar a dias melhores, que é o que anseia a população brasileira. Cada um de nós, do mais humilde cidadão brasileiro ao mais ilustrado, todos, tenho certeza, almejam a mesma coisa, almejam dias melhores. E os dias melhores dependem de cada um de nós, dependem de quem governa, dependem de quem faz oposição, dependem de quem trabalha, dependem de quem investe.

Este é um país muito amplo. A nossa sociedade é diversa, é ampla, e é bom que ela assim seja, é bom que ela assim permaneça. Os princípios republicanos e democráticos insculpidos na Constituição de 1988, chamada Constituição Cidadã, devem nortear a vida do País no sentido do bem-estar da Nação.

Sr. Presidente, o PMDB tem compromisso com a história do Brasil, e não só PMDB, mas muitas pessoas do PMDB lutaram com suor, com abnegação, com sofrimento e com sangue pela democracia no Brasil. Depois, pessoas do PMDB e de todos os outros partidos lutaram pela consolidação da democracia no Brasil e pela consolidação de avanços da sociedade brasileira.

Nos últimos anos, desde a edição da Constituição Cidadã, este Plenário pôde votar leis que avançaram muito para o progresso, para a evolução e para dar garantias à sociedade brasileira. Nós assim devemos permanecer.

A população que está nos assistindo e que tem acompanhado muito de perto esse processo coloca muita paixão nesse tema. É bom ver as pessoas se apaixonarem pelo debate político novamente. Há quanto tempo isso não acontecia?





Há quanto tempo as pessoas não discutiam a política e os políticos com paixão? O que não pode haver é excesso. O que não pode é sair do limite do debate democrático, onde se defendem posições, fazem-se críticas, mas, sobretudo, respeita-se a opinião diversa.

Então, devemos dar um recado às pessoas que acompanham o nosso trabalho de perto, para que elas defendam suas posições, façam suas reivindicações, façam seu debate, mas que absolutamente respeitem umas às outras, como nós aqui, tenho certeza, nos respeitaremos uns aos outros. Assim, nesse ambiente de respeito, mas de firmeza, na defesa que cada um fará do seu ponto de vista, o País, este Plenário, o PMDB e os demais partidos desta Casa poderão sair maiores do que no momento em que iniciamos esse processo.

Eu confesso que falo hoje tomado pela emoção. Essa emoção, como eu disse no início da minha fala, é de uma geração que não viveu o arbítrio da ditadura nem, como agente político direto, o *impeachment* do Presidente Collor. Apenas acompanhou, com a óptica da infância ou pelas páginas dos livros de História, esse momento. Como eu disse, Deputado Daniel Vilela, eu não imaginava que a nossa geração pudesse voltar a viver um momento como este.

Falo aqui com absoluta emoção, mas com absoluta consciência de que precisamos cumprir o nosso dever, o nosso dever de consciência, o nosso dever no mandato que exercemos, no mandato que temos o dever de cumprir com coerência, com dignidade, com absoluto compromisso, com respeito à lei, com respeito à Constituição e com respeito às normas de funcionamento desta Casa.

Ao passo que caminho para encerrar a minha fala, como Líder do PMDB, neste momento histórico, em que me seguem na tribuna companheiros do meu



partido que complementarão a fala do PMDB nesta sessão, quero dizer que nós hoje, amanhã e domingo estaremos diante de um processo histórico, em que os nossos atos serão analisados pelo presente e também pela história, a mesma história em cujas páginas a minha geração pôde fazer o seu juízo e a sua avaliação a respeito de outros momentos da história brasileira. Daqui a algumas décadas, serão as futuras gerações que, pelas páginas da história, julgarão o nosso trabalho e os nossos posicionamentos neste final de semana.

Termino a minha fala afirmando ao povo brasileiro, que sempre contou com o PMDB na defesa da democracia, das instituições e da estabilidade do País, que ele continuará mais do que nunca contando com o nosso partido, mais do que nunca contando com cada um dos companheiros do PMDB que vejo aqui à minha frente.

Dirijo também uma palavra, uma saudação de enorme respeito aos demais partidos representados nesta Casa, que, com legitimidade, defendem os seus pontos de vista, defendem as suas diretrizes e buscam aqui formar o convencimento.

Que Deus nos ilumine! Que possamos fazer, tomar e alcançar o melhor caminho para o povo brasileiro!

Muito obrigado, Presidente.

Seguem os demais oradores do PMDB. *(Palmas.)*

**O SR. LELO COIMBRA** (Bloco/PMDB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos meios de comunicação, utilizo esta tribuna em nome do povo capixaba, em nome de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e em nome do PMDB.



Nosso País vive dias de turbulência com a profunda crise ética, política e econômica que se abate sobre todos nós. De maneira mais severa, atinge os mais pobres e os mais jovens: os mais pobres veem a inflação corroer seus salários; os mais jovens são os mais afetados pelo desemprego.

Nós representamos nesta Casa 160 milhões de votos — de opinião, de respeito dos cidadãos e cidadãs deste Brasil. Nosso papel, como lideranças políticas com responsabilidades públicas, é buscar saídas, em caráter de urgência, para estancar essa tragédia que invade a casa, a vida e os sonhos de milhões de brasileiros.

Neste momento histórico, já formamos alguns consensos na sociedade civil. O mais importante deles é que a saída para reverter o quadro de paralisia da economia passa, necessariamente, por resolvermos a crise política.

A Presidente Dilma Rousseff não reúne mais condições para governar. Não há mais legitimidade no seu Governo, que se esvai desde o golpe eleitoral, quando apresentou um Brasil que ela sabia já não mais existir.

Neste momento, deixou de governar, subordinando a instituição da Presidência da República ao seu exclusivo interesse de continuidade no cargo, montando um palanque político-partidário permanente dentro do Palácio do Governo, fato causador de grave distorção institucional, que compromete, isso sim, perigosamente a democracia.

Em um ambiente palaciano, lidera sucessivos comícios, tentando construir uma estranha narrativa de golpe, de desmoralização da Operação Lava-Jato, colocando nas ações do Juiz Sérgio Moro a culpa pelo desemprego e pela paralisia da economia.



Ao mesmo tempo, em hotel ao lado do Palácio do Governo, funciona um *shadow gab*, atuando como uma Presidência paralela, para negociação de espaços e interesses, como se Governo fosse.

Na luta contra o seu afastamento, a Presidente compromete ainda mais o País, chutando o “balde” fiscal e promovendo a maior xepa de cargos públicos. Para quem não conhece o termo ou não está habituado a ele, xepa é o final da feira. Trata-se da maior xepa já vista nos últimos tempos.

Seu Governo perdeu a confiança da população, a credibilidade dos mercados e o apoio da base política. Entre 2015 e 2016, foram perdidos quase 3,5 milhões de vagas com carteira assinada, vagas que estão sendo destruídas, junto com as empresas. O drama se estende, inclusive, aos empregos informais, que estão desaparecendo.

A renda dos brasileiros desaba; as empresas reduzem salários para não demitirem ou fecharem as suas portas. Todas as projeções apontam para um desemprego que ganhará contornos ainda mais alarmantes, sem perspectivas de retomada dos investimentos nas empresas, em cujo horizonte só há demissões.

Prefeitos me relatam que cada mês é um martírio, pela queda contínua da arrecadação, que compromete a sustentabilidade dos serviços a serem prestados à população. Não sabem como será o mês seguinte.

O impacto dos efeitos internacionais sobre a crise da economia brasileira representa em torno de um terço da nossa desaceleração. Quanto ao restante, a responsabilidade exclusiva por esse desastre na nossa economia está na conta deste Governo, está assinado, está chancelado com o nome Dilma Rousseff. Essa é



a realidade dura e cruel do que se passa na economia brasileira. A Presidente Dilma arruinou a economia brasileira.

A *The Economist* trouxe um diálogo, em agosto, entre a Presidente Dilma e o Ministro Mantega, em que ele a aconselhava a reduzir despesas, a fazer mudanças nos gastos, e a resposta dela — o título está aqui, mas não posso ler a matéria no meu WhatsApp, porque o celular apagou por causa do tempo que ficou exposto — está na seguinte frase: “*Você quer que eu perca as eleições?*” Essa frase está presente na matéria daquele momento, dita em resposta ao Ministro Guido Mantega.

Por que chegamos a este ponto? Somados os grandes equívocos da política econômica implementada pelo Governo após a crise de 2009 e 2010, nós passamos a conviver, especialmente nos anos de 2013 e 2014, com a fraude fiscal, que foi denominada pedalada, com um “maquiamento” da contabilidade pública, chamado de contabilidade criativa, com a usurpação das prerrogativas do Congresso Nacional, com os decretos de abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa, com a gestão temerária das finanças públicas, que gerou uma crise de soluções dolorosas sem precedentes neste País.

A Presidente não pode se eximir da sua responsabilidade como condutora da política econômica e fiscal do nosso País. Eu não tenho dúvidas — ninguém aqui tem dúvidas — de que o cenário para resgatar a condição da economia, o restauro dos empregos, o restauro da credibilidade econômica, da confiança e credibilidade, a reinserção do País em um novo momento nacional e internacional, vai requerer muito esforço dos brasileiros, seja qual for o resultado que nós tenhamos aqui no próximo domingo.



A manutenção deste Governo não conseguirá fazer o enfrentamento necessário a esse desafio, especialmente após esse processo que amesquinhou e aprisionou o Governo em seu próprio círculo, no qual ela se enredou.

De maneira competente e precisa o Deputado Relator Jovair Arantes apresentou todos os elementos para a nossa avaliação, para o nosso debate, formação de convicções e para o nosso voto no plenário da Câmara.

Não bastassem os fatos referentes à fraude fiscal, temos todas as denúncias de corrupção, tentativas de obstrução da Justiça, condutas e comportamentos inaceitáveis de alguém que ocupa o mais alto posto de direção do País.

Esse não é o tema que motivou a denúncia, mas ele permeia o ambiente em que nós estamos discutindo a crise do País. Não podemos aqui fazer quaisquer debates em plenário sem abordar o descalabro do que foi visto, o descalabro do que vivemos, o descalabro do que acompanhamos.

Algumas manifestações da Presidente sobre esse tema, que buscam desqualificar essa questão, tentam minimizar todos esses fatos de grande gravidade e impacto na sociedade brasileira. É como se essa discussão não tivesse sentido, não tivesse havido. Mas os brasileiros e as brasileiras viram e ouviram tudo o que ocorreu, tudo o que foi trazido a público.

Mas o maior incômodo da Presidente e do seu entorno foi o chamado vazamento nos jornais e na imprensa de fatos originados de delação premiada que foi homologada. No entanto, o vazamento é que se torna o problema, não o conteúdo daquilo que lá está.

Por esse conjunto de motivos, entendo que esta situação, deliberadamente criada, representou um golpe cruel nas esperanças do povo brasileiro, um golpe que



enganou a sociedade no processo eleitoral, um golpe que enganou especialmente aqueles que deram o voto à Presidente Dilma.

É importante este registro, porque aqueles que não deram à Presidente Dilma o voto não acreditavam nas suas proposições, não concordavam com o que ela apresentava como proposição à sociedade brasileira. Mas aqueles que lhe deram o voto, aqueles que nela acreditaram, confiavam na sustentação da segurança econômica, política e social do País e que estava assegurada como certeza de continuar evoluindo de 2015 em diante. Esses, sim, foram profundamente golpeados e enganados naquele processo eleitoral, mais do que aqueles que a ela se opuseram.

Portanto, a sociedade sofreu um golpe. Especificamente aqueles que votaram na Presidente sofreram um golpe profundo na sua confiança, ao confiarem em alguém que pudesse levá-los a um porto seguro. Este é um golpe que se estende ao longo desses 15 meses, numa dura agonia e sofrimento impostos às famílias brasileiras, golpe que agora se agrava ainda mais, pela desfaçatez com que se tratam as denúncias de corrupção evidenciadas, investigadas e punidas pela Operação Lava-Jato, cujas evidências, cada vez mais insofismáveis, devem se prolongar e ir até o fim, atingindo todos aqueles que tenham cometido crimes, que tenham denúncias evidenciadas e que tenham provas constituídas para sua punição.

Esse golpe foi dado em diversos princípios estruturantes do nosso Estado Democrático de Direito. Esses princípios estruturantes sofreram um golpe de grande importância. E esses golpes foram dados no princípio da separação dos Poderes; no controle parlamentar das finanças públicas; na responsabilidade e no equilíbrio



fiscal; no planejamento e na transparência das contas do Governo; na boa gestão do dinheiro público; no respeito às leis orçamentárias e na probidade administrativa.

Esses princípios estruturantes do nosso Estado Democrático de Direito sofreram um profundo golpe. Foi um golpe em nossa jovem democracia; um golpe nas eleições, com proposições ilusionistas e mentirosas; um golpe na esperança, o que fragiliza a confiança da sociedade em suas instituições.

Esse golpe, Srs. Deputados, senhores que me ouvem e que me acompanham, prolonga-se, acentua-se e precisa ser interrompido.

A interrupção desse golpe deve ser feita dentro do ambiente democrático, dentro do Estado Democrático de Direito, como previsto na nossa Constituição Federal. É o que estamos fazendo neste momento.

É isso que estamos fazendo neste momento, usando os instrumentos da nossa democracia, usando os instrumentos da Constituição Federal, usando os instrumentos que a sociedade, por meio do Parlamento, constituiu para que, em momentos de crise como este, pudessem ser adotados, para que a sociedade, protegida por esses instrumentos, por meio dos seus representantes, pudesse se reconstituir para um novo caminho.

Por isso, eu voto no relatório apresentado.

Eu voto neste relatório em defesa do povo brasileiro.

Eu voto neste relatório contra o golpe que se prolonga em agonia.

Eu voto neste relatório pelo resgate da credibilidade das instituições.

Eu voto neste relatório pela apuração, até o fim, das denúncias feitas e das que estão em curso.

Eu voto neste relatório em defesa da governabilidade do País.





Eu voto neste relatório pela restauração do caminho do Brasil na política, na ética e na economia.

Por esses motivos, eu defendo neste momento e me posiciono neste Plenário, em nome do desejo absolutamente majoritário do povo brasileiro, acolhido pela quase totalidade dos membros da bancada do PMDB na Câmara, a favor do *impeachment*. Eu me posiciono a favor do afastamento da Presidente Dilma Rousseff de suas funções de Presidente da República.

Encerro meu discurso, Sr. Presidente, e peço que seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

**O SR. OSMAR SERRAGLIO** (Bloco/PMDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em nome dos paranaenses e da minha Umuarama, ocupo com muito orgulho esta tribuna.

*“Todos podem, devem clamar: ‘Assim não dá mais. Assim não quero mais’”* —  
Lya Luft.

Estamos escrevendo a história de um povo sofrido, que assistiu a sua mais alta autoridade esvair-se sob o peso dos escândalos que se sucedem — e já são tantos que nem mais se tem como acompanhá-los.

A tolerância de nossa gente se esgotou. Vários milhões de brasileiros manifestaram-se.



Dentre tantos pedidos de *impeachment* contra a Sra. Presidente da República, o que já de si indica seu comprometimento com inúmeros malfeitos, apenas um deles refulgiu ao dique imposto pelo Presidente da Câmara, que os vinha arquivando. É esta representação, agora sob exame.

Postula a Sra. Presidente, no STF, a nulidade do processo, porque se diz vítima de vendeta do Presidente da Câmara, como ouvimos do seu defensor.

Vingança? Não é verdade! Visivelmente, ele agiu com muita benevolência, frente ao *mare nostrum* de ilicitudes lamentavelmente atribuídas à Chefe da Nação. De fato, além de arquivar representações, ao receber esta denúncia, o Presidente Eduardo Cunha destituiu-a de dezena de acusações constantes dela, cada uma suficiente para conduzir ao báratro da responsabilização perante o tribunal legislativo, e apenas admitiu dois fatos atinentes à Lei Orçamentária.

Vou demonstrar que não houve desvio de poder. Para isso, vejo-me na obrigação de evidenciar o que consta da denúncia, relatando o que nela se compagina, além de que não pode haver censura nesta tribuna.

Não é verdade que consta da denúncia que o Brasil foi conduzido a uma crise, sobretudo moral? Que houve violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, confirmada pelo Tribunal de Contas da União, com maquiagem dos registros em contabilidade criativa, ocultando a caótica situação das finanças, atentando contra a transparência e incidindo em falsidade ideológica? Desvio de poder é arquivar tais fatos em prol do acusado.

Não consta da denúncia o envolvimento com pessoas comprometidas na Operação Lava-Jato, como Paulo Roberto Costa? Que dizer da delação de Alberto Youssef sobre a ciência das licitações fraudulentas e as mascaradas doações?



O Presidente da Câmara beneficiou-a afastando essas acusações, embora sejam poucos os cidadãos deste País que delas não tenham ciência. Prejudicados foram os juristas acusadores com semelhante subtração.

E acusa-se o Presidente da Câmara de desvio de poder? Não se pejam desse paradoxo? *O tempora! O mores!*

Ainda está na acusação a corresponsabilidade pelos desvios de Pasadena, com prejuízo de 700 milhões de reais, e a reverência da Presidente aos presos José Dirceu, João Vaccari e Nestor Cerveró.

E o relatório do COAF sobre 30 milhões de reais recebidos de empreiteiras pelo ex-Presidente Lula? Em vez de investigar a lavagem, determinou que incidisse sobre o vazamento.

Não consta da acusação a obstrução à Justiça, ao procurar nomear Ministro o ex-Presidente, assim como o tesoureiro da campanha, acusado de ser receptor de 14 milhões de reais, excluindo-os das investigações do respeitado juiz paranaense Sérgio Moro?

E a afronta à Lei de Acesso à Informação, impondo sigilo sobre os financiamentos do BNDES a Cuba e Angola?

Tudo isso — tudo, repito — foi objeto da alentada acusação. E os juristas indicaram os meios de prova.

Pergunte-se a qualquer membro do Ministério Público: se recebesse representação assim formulada, poderia pedir o arquivamento?

É interessante consultar comezinhas regras de Direito Processual sobre qual princípio dever-se-ia aplicar. É o do *in dubio pro reo* ou o do *in dubio pro societate*?



Disso tudo beneficiada, a defesa afirma-se vítima de abuso de poder e quer a nulidade processual. E quer mais: a censura até da leitura da denúncia.

A verdade é que se livrou de graves acusações pela caneta do Presidente, que agora acusa. É um *non sense*.

Quanto à ofensa ao Orçamento, intentam passá-las como de somenos. Compulem a história dos Parlamentos e se verá, na Magna Carta, há 800 anos, regras que submetem o Executivo a limitações.

Por isso, presta o Presidente da República compromisso de cumprir a Constituição, na qual está tipificada como crime de responsabilidade a ofensa à lei orçamentária.

Nega-se vigência à regra de que a administração está submetida ao princípio da legalidade. Essa legalidade é distinta daquela do cidadão, pelo princípio de que a administração só pode praticar o que a lei autoriza. No caso do Orçamento, o Executivo ainda está obrigado a em nada alterá-lo sem autorização prévia.

A Sra. Presidente mudou a destinação dos recursos, através de decretos biliardários não autorizados pelo Legislativo. Argui que seriam despesas obrigatórias. Então o administrador gasta seus recursos em despesas discricionárias e depois considera que está liberado para comprometer as obrigatórias? Nada mais despropositado.

Outro crime atine ao desrespeito à meta fiscal de 55 bilhões de reais. Em vez de alcançá-la, encaminhou projeto de lei e a reduziu a 5 bilhões de reais, meros 5 bilhões de reais, ou seja, ridículos 10% do previsto. Não aguardou a autorização, rasgou a Lei Orçamentária. No final do ano, com o fato consumado, deixou o legislativo sem condições de reagir.



Também a Presidente da República é acusada de ter feito empréstimos junto a bancos oficiais. Mandar um banco pagar uma conta sem lhe dar os recursos é empréstimo, sim.

Afirma a defesa que em outros governos o TCU nunca contrastou. Nunca contrastou porque nunca foi provocado, já que os recursos eram de somenos. A verdade é que o TCU nunca mudou de orientação, porque nunca foi provocado antes para que se manifestasse sobre isso.

Desnudados tantos crimes, cuja configuração é tão explícita, muitos juristas estão rasgando os seus currículos no esforço baldado de obnubilar o consistente relatório do Deputado Jovair Arantes, que merece encômios por sua profundidade.

Coloca-se outra questão: está-se a banalizar o mandato presidencial. Mas qual é a censura constitucional para quem destoa de suas funções? Estando alguém em alto-mar, em navio à deriva, só lhe restaria sucumbir, diante do capitão relapso?

Diz-se que a assunção ao cargo substancia 54 milhões de votos. Todavia, os que julgarão a Presidente compõem colégio de mais de 120 milhões de eleitores. Assim, o julgamento é pelo mesmo povo que a ungiu.

Acusa-se o Vice-Presidente Michel Temer de pretender assumir o cargo. Mas não é a Constituição que isso preconiza? Buscar-se outra solução, como nova eleição, isso sim, sob a ótica constitucional, é golpe. O Vice não disputa, sua ascensão é uma consequência.

Aliás, esse golpismo contra os Vice-Presidentes é recorrente. Recorde-se Café Filho, Jango, Pedro Aleixo. Obedecer à Carta Magna significa, no impedimento do Presidente, dar posse ao Vice. (*Palmas.*)



A este País ainda remanesce uma nesga de esperança. Afinal, se ouvida a maioria do povo, haverá a sucessão por quem, ao longo de tantos anos de vida pública, demonstrou extraordinária capacidade de dialogar.

Michel Temer, injustamente ofendido, mantém-se no recato que o caracteriza, sem descurar, contudo, da responsabilidade que lhe pode exsurgir. Já nisso demonstra seu preparo para eventual convocação. Ou se irá pregar que devesse agir sem cautela, para então ver-se surpreendido, de inopino, com a mais alta incumbência de uma esperançosa Nação?

Por isso, admoestou há muito sobre a necessidade de se construir grande concertação, através de um pacto nacional, mas não foi ouvido. Agora parece que se fazem ouvintes.

Ainda recentemente Temer pregou a pacificação nacional. Tem consciência da soberba tarefa que se lhe há de advir. Sempre procurou oferecer governabilidade ao País, conduzindo o maior partido político do País, este PMDB que me orgulho de aqui representar.

Sr. Presidente, queremos um Estado Democrático de Direito descontaminado dessa ideologia que impregna o Governo, para quem a Constituição não existe.

Comecei e concluo com o lamento da grande Lya Luft: *“Incompetência e obtusidade de quem não admite que errou, que é hora de parar, de falar, de consertar o que ainda não está perdido, mantém esse ritmo de queda veloz. Afundamos cada dia mais”*.

Srs. Parlamentares, para que não nos afundemos ainda mais, só há uma saída. Respondamos para os nossos pósteros o que a história nos exige: *impeachment* já! (Palmas.)



*(Manifestação no plenário: Bravo! Bravo!)*

**A SRA. SORAYA SANTOS** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna numa data histórica. Mais uma vez, por via democrática, junto com as instituições constituídas e com toda a população, estou lutando incansavelmente pela retomada da economia, do crescimento e da união do País. Ocupo esta tribuna de uma forma serena, amadurecida, segura de que é o momento em que esta Casa tem que demonstrar que está a favor do que clamam as famílias brasileiras.

Basta irmos para as ruas, Srs. Parlamentares, para ver o desespero das pessoas por mudança, o aumento absurdo do desemprego que acomete as famílias, decorrente dessa crise toda.

Não estamos buscando culpados. Estamos pontuando que o Brasil neste momento está parado. E ele não suporta mais. As famílias estão nas ruas pedindo um basta a tudo isso. E depende de cada um de nós.

Temos, sim, o dever de acompanhar as necessidades do crescimento econômico. Para isso, temos que dialogar com todos os partidos, com todas as instituições, com todos os setores da sociedade.

O Brasil está nas ruas, Sras. e Srs. Deputados, clamando por justiça, por emprego, por saúde, por segurança. E isso nós só vamos conseguir com união e crença no nosso gestor.

É hora de convergência, e da convergência de todos. Felizmente, por dever constitucional, temos hoje, na pessoa de Michel Temer, alguém capaz de conduzir com credibilidade e com relações todas as instituições.



Quero me dirigir a Michel Temer: V.Exa. é hoje o farol e a esperança. Neste domingo esta Casa tem que dar uma resposta aos brasileiros que tem sofrido tanto.

Um líder não pode, não deve permitir discursos de incentivo a invasões a fazendas, paralisações de transporte e arruaça. Nós temos que ter líderes que não se submetam a esse discurso sobre preto ou branco, de polarização total. Democracia se constitui de diálogo, de criar pontes com todas as pessoas, independentemente dos seus pontos de vista.

É por isso que nós do PMDB estamos muito serenos, muito seguros do nosso dever com o País. Refleti muito e quero, neste momento, dizer que vou abrir mão de tecer comentários sobre os dados técnicos e vou parabenizar o Deputado Jovair Arantes pelo seu excelente relatório, que pontuou com todos os itens o que nos leva a essa questão constitucional do *impeachment*. Deputado Jovair Arantes, V.Exa. está de parabéns!

Mas eu não posso, neste momento, me desassociar da figura de mulher, Deputada e mãe. Refleti muito sobre esses dias e fui buscar na sabedoria de Salomão o momento que estamos vivendo. Salomão se inspirou no amor maior, o amor de mãe. Quando ele pensou naquela criança que estava sendo disputada e decidiu que ela seria, então, dividida, cortada ao meio, o amor de mãe, o amor maior sobrepôs-se àquele ato. Essa criança é o Brasil. E esse amor é o nosso amor ao País.

Invocando a sabedoria de Salomão, olhando para a minha família, pensando no meu Estado, na bancada do PMDB, que represento neste momento, e principalmente no meu País, quero dizer aos brasileiros que eu não quero ver esta





Nação dividida, quero vê-la forte, crescendo segura, explorando as suas potencialidades.

É por isso que eu peço a cada um dos Srs. e das Sras. Parlamentares que no domingo exerçam o seu dever cívico e votem a favor do *impeachment*.

Muito obrigado.

*(Manifestação no plenário: Bravo! Bravo!)*

**O SR. MANOEL JUNIOR** (Bloco/PMDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, servidores da Casa, para mim é uma honra muito grande representar meu partido. Agradeço aos meus pares e ao Líder a deferência de me colocar para concluir a participação do PMDB neste momento histórico para o País.

Quero lembrar que venho da Paraíba, pequenino e pobre Estado do Nordeste brasileiro, da minha querida cidade de Pedras de Fogo, da qual tive a honra de ser Prefeito por três vezes. De lá saí para atuar na Assembleia Legislativa, na Vice-Prefeitura da Capital do Estado e agora aqui estou cumprindo com muita honra a delegação do povo da Paraíba no terceiro mandato de Deputado Federal.

Mas este momento nenhum cidadão brasileiro — homem, mulher, jovem, criança — gostaria de estar vivendo. Nós gostaríamos que o País estivesse equilibrado, com a sua vida política estável, com a sua economia pujante, sem nenhum tipo de atropelo moral e ético. Gostaríamos de ter um país no qual a confiança para dentro e para fora fosse a força motriz do nosso desenvolvimento.

Infelizmente, Srs. Deputados, o Congresso Nacional se depara com um momento importante e conturbado da história da República. Na ocasião do plebiscito, este Deputado votou pelo parlamentarismo, um regime de governo muito



mais estável, que acomoda, sem dúvida nenhuma, turbulências como essa sem mudar a vida do povo.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, se observarmos a história da República Velha e da República Nova do País veremos que não houve, em 20 anos, nenhum momento de tranquilidade e de equilíbrio político. Houve intentona, revolução, golpe, crises políticas e econômicas. O culto permanente à personalidade gera esse tipo de instabilidade em que estamos hoje.

Venho da Paraíba, terra de homens ilustres que por aqui passaram, como Humberto Lucena, Antonio Mariz, José Américo, João Agripino e tantos outros. Alguns já se foram, outros ainda fazem história.

Devo representar, com muita humildade e principalmente com responsabilidade e respeito, o clamor das ruas.

Estamos aqui, neste instante, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para fazer um julgamento, e esse julgamento tem um nome: *impeachment* da Presidente da República.

Ao ouvir falar de golpe, fomos buscar a Constituição Federal, a Constituição republicana, que, nesta Casa, foi erguida pelo Presidente peemedebista Ulysses Guimarães.

A Constituição prevê que, nos crimes de responsabilidade, a Presidente da República ou o Presidente da República pode ser impedido — o Brasil já fez isso em um passado recente.

Vamos para o primeiro capítulo da nossa história já aqui decantada, com muita propriedade, pelo Deputado Osmar Serraglio, pelo meu companheiro Lelo Coimbra e pela Deputada Soraya Santos, sem falar do Líder Leonardo Picciani:



*“Seção III - Da Responsabilidade do Presidente da República*

*Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*

.....

*VI - a lei orçamentária;”*

Esse foi o primeiro crime da Sra. Presidente da República, cometido efetivamente quando contrariou o art. 4º da Lei Orçamentária Anual nº 12.952, de 2014.

A peça acusatória nesta Casa tem efetivamente três assuntos fundamentais: os decretos não numerados, sem autorização legislativa, as pedaladas fiscais e o envolvimento da própria Presidente e do Governo com a história da refinaria de Pasadena.

Eu começarei de trás para frente. Alguns conhecem muito bem a história da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, que estava para ser vendida por 46 milhões de dólares, Deputado Osmar Terra, para servir de sucata a outras refinarias.

O Brasil a arrematou por 1 bilhão, Deputado Sergio Souza. Um bilhão de reais foi o que despenderam o Governo e a PETROBRAS, afundados em crise não apenas pela corrupção, mas pela falta de gestão e pela falta de amor daqueles que deveriam estar lá honrando o patrimônio do povo brasileiro.

E, por falar em decreto, Deputados Carlos Henrique Gaguim, Alceu Moreira e Lelo Coimbra, lembro que em diversos Municípios do País Prefeitos tiveram suas contas rejeitadas porque gastaram 24,5% em educação e sofreram impedimento, às



vezes impedimento político, às vezes impedimento jurídico. Deputado Alceu Moreira, V.Exa., que é municipalista, sabe disso. Quantos juízes já afastaram Prefeitos Brasil afora?

Mas aqui nós estamos falando, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de decretos não autorizados por este Parlamento, que somam mais de 90 bilhões de reais. A Lei de Responsabilidade Fiscal não foi editada na década de 1950. A década de 1950 nos trouxe a lei que regula os crimes de responsabilidade, a Lei nº 1.079, de 1950, que deve ser observada por todos os gestores.

Essa lei teve o seu ponto fundamental estabelecido nos anos 2000, quando este Congresso Nacional editou uma lei importante para o Brasil, já muito atrasado, porque em qualquer país sério do mundo a responsabilidade fiscal é imperiosa. Os Congressos, os Parlamentos originaram-se justamente para tratar de orçamento. Essa é a história do Parlamento no mundo. Ele foi constituído inicialmente para cuidar do orçamento.

Esta Casa, em 2000, editou a Lei nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que *a posteriori* recebeu como complemento a Lei nº 10.028, que tipificou o crime de responsabilidade fiscal.

Os gestores que cometem crime de responsabilidade fiscal, Sras. e Srs. Deputados, incorrem em crime de responsabilidade.

E a Sra. Presidente contrariou e feriu o Código Penal Brasileiro em seu art. 359-C, que prevê como crime contra as finanças públicas o seguinte:

*“Art. 359-C. Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser*



*paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.”*

Contrariou também o art. 359-A do Código Penal Brasileiro:

*“Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.”*

Contrariou ainda a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 9º, que determina o seguinte:

*“Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.”*

Quando ouvi a Dra. Janaina Paschoal desta tribuna dizer que a Presidente cometeu muitos crimes, comecei a estudar o assunto e só anunciei a minha decisão ao povo brasileiro, com muito respeito e responsabilidade, depois de ler a peça inquisitorial, a peça de defesa e o parecer do Relator, criticado por alguns.

Foi criticado por alguns, mas aqui eu faço um elogio ao Deputado Jovair Arantes pelo equilíbrio, pela determinação, pela firmeza e, principalmente, pela



responsabilidade e respeito a seus pares. (*Palmas.*) Deputado Jovair Arantes, V.Exa. foi beber em uma fonte que é o nosso poder auxiliar, o Tribunal de Contas da União. Quando um Tribunal de Contas dos Estados, dos Municípios afasta um Governador ou um Prefeito, nós efetivamente o respeitamos. O Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar desta Casa, atribuiu à Sra. Presidente crime de responsabilidade. E, efetivamente, nós precisamos respeitar os Poderes.

Montesquieu, quando publicou a sua peça *O Espírito das Leis*, em 1748, falava justamente da divisão dos Poderes. Nós precisamos agora exercer o nosso poder.

O Brasil responde por 20% dos desempregados nos 50 maiores países do mundo. As portas das nossas lojas, das nossas fábricas, os nossos postos de serviços já batem 10 milhões de pessoas desempregadas em uma população economicamente ativa de cerca de 80 milhões de brasileiros.

Nós precisamos ter responsabilidade com os nossos filhos, com as nossas famílias, com os nossos conterrâneos e, principalmente, com o futuro do Brasil.

Nos idos de 1989, na pequenina Pedras de Fogo, votei, Deputado Alceu Moreira, em Ulysses Guimarães para Presidente da República.

E eu concluo minha fala com uma frase de Ulysses. Ulysses era correto. Ulysses era justo. Ulysses era brasileiro. Ele dizia: *“Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar.”*

*Impeachment Já! (Manifestação no plenário: Muito bem! Bravo! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Um momento, Deputado José Guimarães. Um momento, por favor.



Encerrou o PMDB?

Prorrogo a presente sessão por 1 hora.

Vou chamar pela ordem de inscrição. Há Líderes inscritos.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras, também sou nordestino, Deputado Manoel Junior, lá do Ceará, Estado vizinho da Paraíba. Faço este pronunciamento, neste momento, como Deputado Federal nordestino, principalmente e por uma razão maior: o meu compromisso com a democracia e com a legalidade democrática.

A minha palavra, em primeiro lugar, é para parabenizar o País inteiro, que está mobilizado neste momento contra o golpe, o mundo inteiro, que está mobilizado neste momento assistindo ao comportamento de nós, Deputados e Deputadas. É importante que cada um aqui tenha um lado, porque cada um de nós tem que olhar no olho de cada brasileiro e brasileira e dizer o que pensa e o que está em jogo.

A minha manifestação é de alegria em saber que, do dia 18 para cá, o País se unificou em torno da democracia e da legalidade democrática. E nós temos que saudar esse mundaréu de gente que está nas ruas do Brasil se mobilizando e gritando contra o golpe. Isso para nós é fundamental. Nas ruas, a sociedade civil organizada está mobilizada. Os intelectuais, os juristas, um sem-número de personalidades, todos e todas estão envolvidos na luta pela democracia. Essa é a minha saudação.

A segunda palavra é para parabenizar o Ministro Cardozo pela bela exposição que fez. Aliás, o editorial da *Folha de S.Paulo* de hoje traz o seguinte título: *“É difícil encontrar quem defenda, com sinceridade, que a Presidenta Dilma deva ser cassada pelos motivos alegados no pedido de impeachment.”*





E eu pergunto a todos os que vêm à tribuna, onde eu vi vários Deputados do PMDB: é motivo para cassar o Governador do Rio Grande do Sul o índice tão baixo de popularidade, Deputado Osmar Serraglio, Deputado Osmar Terra? É motivo para cassar o Governador do Rio de Janeiro o fato de não ter 5% de aprovação e não estar conseguindo pagar os salários dos servidores? É motivo para cassar o Governador de Goiás, denunciado até a tampa no escândalo do Cachoeira? Eu não vejo ninguém falar!

O Deputado Osmar Serraglio veio à tribuna falar do petrolão. Deputado Osmar Serraglio, V.Exa. foi Relator de uma CPI lá trás e vem falar do petrolão?

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - Não fale assim do Governador Pezão porque ele está com câncer.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Eu sei, eu não estou falando dele, Deputado Altineu Côrtes, estou falando da disputa política.

Por que o Deputado Osmar Serraglio não fala do petrolão como um todo? Vem dizer que é o PT? Quem está envolvido? Quem é réu? Quem está condenado? Não é razoável esse tipo de discurso aqui dentro.

Por que nós temos que derrotar o golpe travestido de *impeachment*? Porque não há causa, não há objeto jurídico, não há fundamento. E aí nós vamos cassar a Presidenta porque estamos insatisfeitos, porque o País não tem mais jeito, porque aconteceu isso e aquilo? Nós não podemos cometer, meu caro Deputado Hildo Rocha, do Maranhão, essa injustiça cometida contra um ser humano, toda essa perseguição que foi feita à Presidenta. É isso que está sendo feito.

Propagaram aos quatro cantos do Brasil que já há votos para aprovar o *impeachment*. Onde estão os votos? Por que não os divulgam? Eu tenho a minha



lista aqui. Nós não teremos menos de 200 votos na disputa neste plenário. Nós não teremos menos de 200 votos. (*Palmas.*)

Eu não vou mostrar a lista. Mostrem que têm 342 votos!

O seu relatório, Deputado Jovair Arantes, carece de fundamento jurídico, porque a causa são as tais pedaladas. E as pedaladas que foram praticadas por outros governos? E as pedaladas do Vice-Presidente da República? Aliás, eu tenho muito respeito por muitos Deputados do PMDB, e tenho mesmo, mas isso não é razoável para a história do PMDB, porque se está constituindo uma saída para o Brasil: Temer Presidente e o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, Vice-Presidente da República. É essa a saída para o Brasil?

Não me parece ser esse o melhor caminho. O melhor caminho é outro, é discutir o País após domingo! Discutir outra saída para o Brasil! Nós não podemos enveredar por esse caminho da maldade, esse caminho que só tem um objetivo: punir a Presidenta Dilma!

Deputado Lelo Coimbra, V.Exa. falou aqui do Lula, disse que ele está no hotel. É mais grave estar no hotel articulando ou estar no Jaburu recebendo dezenas e dezenas de caravanas de Deputados para dividir os Ministérios? (*Palmas.*) Isso não pode, meu caro Deputado Lelo Coimbra! Não seja injusto com quem já governou este País e ajudou tanto o Espírito Santo! O Espírito Santo, um Estado quebrado, levantou-se no Governo do Presidente Lula! (*Palmas.*)

Eu conheço os governos do Espírito Santo. Não podemos ser injustos com tanta gente que ajudou este Brasil! Nós temos compromisso com a democracia! Se subirem à tribuna e provarem o contrário, Deputado Osmar Terra, aí eu concordo, não dá. Podemos até ter eleições gerais, mas jamais brotar uma eleição indireta



aqui dentro para governar o Brasil. Isso não é saída para a crise econômica, não é saída para a crise política. Essa crise política foi fabricada pela Oposição, que trabalhou dia e noite, desde a eleição, para inviabilizar o Governo da Presidenta Dilma. Passaram o tempo todo fazendo isso.

O Governo da Presidenta Dilma foi republicano, ajudou vários desses Governadores que hoje estão aí na moita, muitos querendo o golpe da Presidenta, como se o Vice-Presidente pudesse tirar o Brasil da crise e fosse ajudar os Estados a se recuperarem economicamente. O plano de recuperação dos Estados é nosso. Fomos nós que o fizemos.

Portanto, meus caros Deputados, eu tenho muito respeito por V.Exas., Deputado José Fogaça, mas a verdade precisa ser dita. O povo está sendo chamado, Deputada Maria do Rosário, a participar desse processo? Não.

Eu vejo nos jornais hoje que metade desta Câmara estava participando do banquete de ontem à noite. Eu vejo aqui que Temer já busca nomes para a Economia e para a Fazenda. Nós temos no mínimo 180 dias pela frente e ainda há o domingo. Estão negociando Ministérios. Eu vi outro dia. Será que o PSB, o PSOL, os partidos de esquerda estão participando disso? Isso é saída para o Brasil?

Ainda há pouco uma jornalista me perguntou: *“Deputado, e essas várias vans que estão se dirigindo ao Jaburu?”* Ninguém fala. Não é razoável o Vice-Presidente da República fazer isso porque ele assume a postura de querer governar o País à revelia da soberania popular. Nós não podemos aceitar isso.

Alguns Deputados aqui dizem que são candidatos a Prefeito. Têm razão de estar preocupados com o desgaste, porque a sociedade está dividida. Mas eu pergunto: será que quando alguns de V.Exas. que vão se eleger Prefeitos e



---

Governadores estiverem desgastados as Câmaras Municipais e as Assembleias vão pedir a cassação de V.Exas. porque estão insatisfeitos?

Será que desemprego é motivo para cassar alguém? Será que um pouco de inflação é motivo para cassar alguém? O relacionamento político é motivo para cassar alguém? O que o PSDB fez no Paraná? O Paraná vai cassar o Governador, a Assembleia Legislativa, meu caro Décio Lima? Isso não é razoável. (*Palmas.*)

O País tem que dizer “não”, porque nós não podemos... Temos que discutir segunda-feira. Estou convencido, Sr. Presidente, de que nós temos votos para derrotar o *impeachment*. Aliás, eles não têm votos para aprovar o chamado *impeachment*, que não tem outro nome a não ser golpe de Estado dado por quem não tem voto para governar o Brasil.

Nós vamos topar discutir com todo mundo na segunda-feira. O País precisa ser repactuado, é evidente. Medidas urgentes precisam ser tomadas na área econômica para fazer a repactuação política. Mas não é dessa forma, não é dando um golpe a qualquer preço, a qualquer custo.

Viva a democracia!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, pela Liderança, ao Deputado Ronaldo Fonseca. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Deputado Antonio Imbassahy.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados., iniciamos hoje a etapa derradeira deste processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff nesta Casa.

Desde o seu princípio, toda a discussão seguiu estritamente as regras estabelecidas pela Constituição, pelo Supremo Tribunal Federal e pela Lei nº 1.079, de 1950, que trata dos crimes de responsabilidade.

O *impeachment* é o remédio jurídico que deve ser aplicado contra o presidente da República que cometeu crime de responsabilidade. É isso o que diz a Constituição.

E se chegamos até este momento, é porque há fundamentação jurídica para o Plenário desta Casa decidir sobre a destituição da Presidente Dilma Rousseff.

No entanto, o que ficou evidente durante toda a discussão é que os seus defensores não negam as infrações à legislação. Apenas tentam tumultuar a discussão e desviar o seu foco central, que são os crimes praticados.

O PT que agora prega o respeito à Constituição, em defesa do mandato da Presidente Dilma, é o mesmo PT que votou contra o texto da Constituição de 1988, é o mesmo PT que apoiou mais de 50 pedidos de *impeachment* contra os Presidentes Fernando Henrique, Itamar Franco e Fernando Collor.



A própria Presidente da República já confessou ter recorrido a manobras ilegais nas contas públicas, ao tentar se justificar que assim agiu porque outros o fizeram antes dela. Uma vergonha! Uma verdadeira vergonha! Um acinte!

Diante da confissão, a defesa apresentada pelo Ministro José Eduardo Cardozo definitivamente não foi convincente. O Ministro se apega a uma argumentação falaciosa, típica de quem sabe que vai ser derrotado. E será derrotado!

De uma Presidente da República que não respeita nem a Constituição, tudo pode se esperar.

Restou comprovado que a Presidente, ao maquiar as contas públicas e ao emitir decretos de suplementação de verbas sem autorização do Congresso Nacional, infringiu — repito, infringiu — a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal e praticou crimes de responsabilidade.

Sras. e Srs. Deputados, a Presidente Dilma Rousseff violou a Constituição Federal!

E Deputados do PSDB, alguns membros da Comissão Especial processante, abordarão aqui a comprovação da prática desses crimes.

É necessário também ressaltar que a Presidente Dilma teve garantido, durante todo o seu longo processo, o mais amplo direito de defesa. E apesar da insistência dos seus defensores, a legalidade de todo o processo está caracterizada e ratificada em decisões seguidas da Suprema Corte.

E, além disso, os atos praticados por ela são de tal ordem graves que aprofundaram a crise econômica, com efeitos perversos sobre as famílias brasileiras



---

— desemprego recorde, perda de renda, inflação alta e falta de perspectivas —, além de influenciarem o resultado das eleições presidenciais.

Ao esconder a real situação das contas públicas, a Presidente Dilma mentiu aos brasileiros e induziu-os ao erro, ao prometer o que sabia que não teria condições de cumprir.

As famílias foram enganadas ao serem levadas a pensar que poderiam manter seus filhos na escola, nas creches e nas faculdades e em outros programas sociais.

O fato, senhores, é que esta Câmara dos Deputados não pode abrir mão de exercer os seus preceitos constitucionais: legislar e fiscalizar o Poder Executivo. E ela não vai barrar o *impeachment* diante da comprovação de crimes de responsabilidade!

Este Parlamento não correrá o risco de tornar-se cúmplice do Governo que aí está.

Assim, ressalto que cada um de nós Parlamentares estamos diante da oportunidade ímpar de agir em nome e em favor dos milhões de brasileiros que nos trouxeram aqui pelo voto.

O Brasil não merece ser governado por uma Presidente desenganada, uma Presidente que mentiu ao País, fez vistas grossas ao escândalo do petrolão e dele se beneficiou.

Os milhões de brasileiros que foram às ruas já demonstraram o que querem: que seja dada ao Brasil a chance de um recomeço, de iniciar um processo de reconstrução nacional.



Cada um aqui marcará seu nome na história pelo voto dado, e por ele será julgado por aqueles que representa. Cada um aqui terá a chance de registrar, na história, que o Brasil virou a página da impunidade, da injustiça, da corrupção e do compadrio.

Como disse Machado de Assis: *“O presente que se ignora vale o futuro”*.

Chega de corrupção! Esta é a hora em que a Câmara dos Deputados, exercendo o seu papel constitucional, irá reafirmar que a lei vale para todos, que a democracia e as instituições brasileiras precisam ser respeitadas e fortalecidas e que princípios como a decência e o respeito à coisa pública devem prevalecer sempre.

Temos de admitir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a imagem da Câmara junto à sociedade não é a desejável, mas, por outro lado, nas horas decisivas, esta Casa nunca faltou ao Brasil.

Viva a Bahia! Viva o Brasil! (*Palmas.*)





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pela Liderança da Minoria, tem a palavra o Deputado Bruno Covas.

**O SR. BRUNO COVAS** (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha e nos assiste, dizia Ortega y Gasset: *“O homem é o homem e suas circunstâncias”*.

Há algo parecido para se dizer em respeito aos governos: os governos são sempre os governos e sua gênese, os governos são sempre os governos e suas origens, a sua formação. E isso ficou visível no atual Governo.

Existe uma raiz aparente, uma raiz cristalizada numa frase construída por um marqueteiro pago com recursos ilícitos, uma raiz que dizia: *“A esperança venceu o medo”*. Mas o tempo mostrou que, além dessa raiz aparente, havia uma raiz escondida, uma raiz obscura, uma raiz que ocultava o crime de Celso Daniel, uma raiz que, para formar maioria, cooptava apoio através do mensalão e através do petrolão, uma raiz ideológica que queria e quer um projeto bolivariano para o País.

É essa raiz, que agora se torna também aparente para o Brasil, que fez com que o atual Governo atentasse contra a Constituição, desrespeitasse a Lei de Responsabilidade Fiscal, atentasse contra os princípios orçamentários e pervertesse a independência e a harmonia entre os três Poderes.

E de que forma isso foi feito, senhoras e senhores? Em primeiro lugar, com a edição de decretos sem a autorização legislativa.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é clara: o Governo poderia abrir créditos por decreto, desde que não fosse comprometida a meta de superávit. E, mesmo sabendo que não ia cumprir essa meta, o Governo editou seis decretos, que abriram



---

créditos de 2,5 bilhões de reais. Aí a Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade.

Mas há outro crime que também aqui se coloca: as chamadas pedaladas. De forma indevida, o Governo utilizou recursos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES. De 2011 a 2015, foram 70 bilhões de reais de pedaladas. Só no ano passado, em 2015, na atual gestão, foram 17 bilhões de reais.

Também o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal é claro: é proibida a operação de crédito entre a instituição financeira controlada e o ente da Federação que a controla.

Nós devemos, portanto, senhoras e senhores, aprovar, sim, a admissibilidade da acusação, para que o Senado possa processar e julgar a Presidente Dilma pelos crimes que ela cometeu.

E não me venham falar que a Presidente Dilma é uma coitada que não sabia de nada, que é uma pessoa honrada, porque foi ela que autorizou a compra de Pasadena, um ato que simboliza e que cristaliza o petrolão. E foi ela que também mandou o Presidente Lula usar o ato de nomeação para Ministro em caso de necessidade.

Nós vivemos hoje uma crise política. O Governo perdeu a capacidade de dialogar com a sociedade e com o Parlamento.

Nós vivemos uma crise econômica. No ano passado, o PIB retraiu 4%, e essa é a previsão para 2016. A taxa de desemprego pode subir 50%, passando de 10% para 15%. E a dívida pública, a dívida do setor público chegou, em 2015, a 4 trilhões de reais, dois terços do PIB brasileiro.



Nós estamos com a volta da inflação e a subida dos juros. Tudo isso se dá porque faltam investimentos em infraestrutura, falta planejamento de longo prazo, falta credibilidade internacional. Tudo isso se dá porque houve a submissão da política econômica aos interesses partidários.

Nós vivemos uma crise social. Semearam, no País, a divisão entre brancos e negros, entre Sul e Norte, entre elite e povo, entre heterossexuais e homossexuais, entre homens e mulheres, entre católicos e evangélicos, entre opressores e oprimidos. E por semearem a divisão para se perpetuar, nós estamos hoje colhendo a raiva e a intolerância.

Além da crise política, além da crise econômica, além da crise social, nós vemos uma crise moral. E aí sobram exemplos negativos e faltam bons exemplos a serem seguidos.

Sobrou ao partido do Governo o discurso de golpe. Golpe eles deram nos mais jovens com a mentira da Pátria Educadora. Golpe eles deram nos trabalhadores, dificultando o acesso ao seguro-desemprego. Golpe eles tentaram dar na mídia, com o controle social. Golpe eles deram no Parlamento, com a edição de decretos sem autorização legislativa. Golpe eles querem dar na Operação Lava-Jato, destruindo o instituto da delação premiada. Golpe eles querem dar no Ministério Público, com a Medida Provisória nº 703, de 2015, que tira o Ministério Público dos acordos de leniência. Golpe eles deram nas regras democráticas, mentindo para o povo em 2014. Golpe eles deram nas contas públicas, com a contabilidade criativa. Golpe eles deram nas garantias individuais, com a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Golpe eles querem dar no Sérgio Moro,



representando contra ele no Conselho Nacional de Justiça. Golpe eles deram na Advocacia-Geral da União, transformando-a em Advocacia-Geral da Dilma.

É por essas e outras, senhoras e senhores, que eu vou votar “sim” à admissibilidade, para que possamos resgatar a esperança em nós mesmos, nas instituições, na democracia e no nosso País.

*Impeachment já! (Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, pela Liderança do PV, ao Deputado Evandro Gussi.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Líder Antonio Imbassahy, há uma frase atribuída a Lênin que diz o seguinte: *“Acuse-os do que você faz, chame-os do que você é”*. Essa frase me parece desenhada para o momento atual que nós vivemos. Lênin foi um líder totalitário e sanguinário, cujas estátuas foram derrubadas no leste da Europa, mas foram reerguidas no Brasil. Esse, hoje, é o pensamento que orienta o Governo e o seu séquito: *“Acuse-os do que você faz, chame-os do que você é”*.

Pensemos que, sistematicamente, o Governo está querendo descredenciar o Parlamento brasileiro, revogando o parágrafo único do art. 1º da Constituição, que diz expressamente que todo o poder emana do povo, diretamente em algumas ocasiões, e por meio dos seus legítimos representantes em outras. Não é à toa que esse discurso fantasioso e risível, mas com um objetivo claro, vem sendo trazido pelo Governo. Prova disso é que há uma proposta de emenda à Constituição, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, feita pelo Partido dos Trabalhadores, querendo diminuir a Câmara dos Deputados em seu número e querendo diminuir o Senado da República em seu número, para que possam ser cooptados, do modo que estamos vendo, com mais facilidade.

Disso é prova também a fala e a retórica invejável — confesso, reconheço — do Advogado-Geral da União, que trata as finanças públicas como se fosse o dinheiro que se leva ao mercado. Senhores, isso é absolutamente desprezível, para não dizer outra coisa.



Estátuas de Lênin, já derrubadas no Leste da Europa, cairão domingo aqui no Brasil também. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como Líder, tem a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*

Como Líder, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Passarinho, pelo PSD.

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (Bloco/PSD-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nos traz hoje aqui não é nada agradável. Não estamos aqui felizes, estamos aqui para cumprir uma função. Estamos aqui para cumprir algo determinado pela lei e que é função para a qual fomos eleitos. Viemos aqui para defender o povo do nosso Brasil, viemos aqui para defender a Pátria, viemos aqui para defender a moral, viemos aqui para defender a ética.

Outro dia me disseram que o *impeachment* está dividindo o Brasil. O *impeachment* não está dividindo o Brasil. O que está dividindo o Brasil é uma crise ética e moral à qual precisamos dar nossa resposta. Logicamente, existem vários caminhos, mas, infelizmente, esse é o único constitucional, para fazermos isso.

Não é possível que continue acontecendo o que estamos presenciando. Não é possível continuarmos passando por uma rua ou por um centro comercial neste País e ver tantas e tantas lojas com placas de “vende-se” e “aluga-se”. A economia não reage mais, as pessoas estão perdendo os seus empregos, as famílias estão ficando desesperadas, a violência está aumentando.

Nós precisamos ter um rumo. O povo nos exige uma resposta. Nós precisamos estar aqui para dar essa resposta. Claro que não é com satisfação, mas precisamos fazer isso, porque a classe política precisa tornar a ter a honra e o orgulho de falar: “*Somos políticos e defendemos o nosso povo, defendemos a nossa sociedade, defendemos aqueles que nos elegeram para estar aqui*”.



Principalmente lá no meu Pará, um Estado pobre onde há uma repercussão mais rápida desse processo na economia, nós precisamos resgatar isso. A população está nas ruas e não vai aceitar que nós possamos frustrar esse sentimento de resgate dessa moral, de resgate da condução da economia e da direção da nossa Pátria.

Por isso estamos aqui juntos, no PSD, pedindo a bênção de Nossa Senhora, para que abençoe esta Casa e para que dirija este País.

**O SR. THIAGO PEIXOTO** (Bloco/PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, reassumi o mandato como Deputado, saí da Secretaria de Estado para vir participar deste momento histórico importante para o nosso País.

Em tempos de grandes crises e especificamente de crises morais, a pior posição é a da neutralidade. Não é o meu caso, não é o caso do PSD, o meu partido. Retomo o mandato de Deputado Federal para votar a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Faço isso por acreditar que é o caminho certo, dado o curso lamentável que as coisas tomaram em nosso País.

Que as pedaladas fiscais ocorreram é indiscutível. A Lei nº 1.079, de 1950, é clara: infração à Lei Orçamentária caracteriza crime, sim, de responsabilidade. Além disso, a frequência das pedaladas se tornou uma política pública de Governo, que gerou a desorganização das finanças públicas e de toda a nossa economia.

A Presidente não tem mais condições ou forças para conseguir tirar o País deste atoleiro, com redução dos investimentos sociais, desemprego, inflação.

A tese do golpe vem dos cegos à realidade. *Impeachment* é previsto nas mais maduras e saudáveis democracias.





A posição que defendo é a posição do meu Estado, o Estado de Goiás, é a posição do futuro de um país que quer emergir desse turbilhão e de toda uma Nação que quer e não pode mais esperar.

**O SR. JÚLIO CESAR** (Bloco/PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para concluir o tempo do PSD.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu confesso que, nos últimos dias, tenho vivido muito angustiado, e angustiado com a realidade brasileira, angustiado com a política, angustiado com a economia, angustiado com as lideranças que cercam, no meu Estado, o Governador. Mas, acima de tudo, angustiado com a decisão que eu tinha que tomar. E a tomei ontem à noite.

Sr. Presidente, li todas as peças. Não faço nada por desejo pessoal, nem para acusar nem para ter a alegria de fazer uma acusação — talvez até leviana —, mas por convicção própria. Além de eu ter lido toda a defesa, a acusação e o relatório do Relator, também tenho lido sobre os desequilíbrios das contas públicas.

Sr. Presidente, a Previdência Social tem um rombo no seu Regime Geral de 86 bilhões de reais, que aumentou, de 2014 para 2015, em 30 bilhões de reais. A previdência do servidor público tem déficit de 74 bilhões de reais. Em Restos a Pagar, há mais de 100 bilhões de reais empenhados. Como subsídio ao BNDES, que é para financiar os ricos, quase todos os ricos do Brasil, o Tesouro pagou 25 bilhões de reais em 2014. E as desonerações, para fazer favoritismo no período eleitoral, foram de 112 bilhões de reais, repetidas ano passado, no valor de 113 bilhões de reais.

Eu estou realmente muito preocupado. Não tenho nada contra a Presidente Dilma, mas tenho um compromisso com o meu povo, com a minha gente, com o



meu Brasil, com o meu Piauí. O País está parado; parado e regredindo. E para restabelecer a confiança, para restabelecer a credibilidade ou, pelo menos, uma remota confiança, eu decidi votar a favor do *impeachment*.

Eu sei que será difícil o que virá depois. Sei que será difícil! Tenho dito, porque eu conheço as contas públicas. Sem mão de ferro, não se consertará o Brasil.

Por isso, *impeachment!*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB, tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** (Bloco/PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é difícil e triste estar nesta tribuna no dia de hoje com o Brasil passando por esta situação. Os partidos são muito menores do que o País. Nós todos vamos passar, isto vai passar, daqui a pouco estaremos em outro Governo, mas este é um momento muito triste para o Brasil e para cada Estado, especialmente para o meu, Rio de Janeiro, minha cidade, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, enfim, para cada cidade do Rio de Janeiro. E vai aqui um desabafo: a questão não pode se tornar pessoal, não pode se transformar numa guerra, com ódio.

A Presidente Dilma, nas vezes em que tive a oportunidade de estar com ela, sempre foi muito gentil, muito solícita. Acho até que, depois de acompanhar a reunião da Comissão Especial em que o relatório do Deputado Jovair Arantes foi aprovado pela maioria — e li atentamente a defesa do Ministro José Eduardo Cardozo, o relatório do Deputado Jovair Arantes e o pedido de *impeachment* feito pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e sua filha, Janaína Paschoal —, não se pode aqui ter questão pessoal. Os fatos estão aí. A questão não é contra A, B, C ou D. Existem companheiros do Governo que são valorosos, que estiveram conosco em muitas lutas.

Eu participei da CPI da PETROBRAS e pude ver de perto a corrupção que se instalou no País. Hoje temos a Operação Lava-Jato. Nós não temos que trazer para esta tribuna questões pessoais. A questão com a Presidente Dilma não é pessoal, longe disso. Acho até que o crime de responsabilidade cometido não foi de sua



vontade. Não acho que ela cometeu esse crime de responsabilidade ou esse deslize, vamos dizer assim, querendo fazer alguma coisa sem a autorização do Congresso Nacional. Não, não é isso. As coisas aconteceram. Os fatos são esses.

O Deputado Jovair Arantes fez um relatório, que foi aprovado na Comissão e que agora vai ser votado no Plenário, e cada um de nós tem que tomar uma posição. Cada um de nós foi eleito. Os eleitores, em boa parte, estão divididos. Mas hoje a imensa maioria — não se pode negar ou fechar os olhos para isso — é favorável ao processo de *impeachment*.

A nossa Itaboraí foi a cidade mais assolada e assaltada pela corrupção na PETROBRAS. Ficou praticamente deserta depois que os empresários assaltaram a PETROBRAS. Só por isso eu já votaria a favor do *impeachment*. Mas o meu voto vai ser favorável ao *impeachment* não só pelas questões políticas da nossa cidade, dos nossos eleitores, mas também pela questão técnica, que foi provada. Foi combatida pelo Ministro José Eduardo Cardozo? Foi. Ele tem seus argumentos. Eu o admiro como Parlamentar, como Ministro da Justiça e como Advogado-Geral da União. Ele tem uma vida ilibada. Mas os fatos estão aí, minha gente!

Hoje, nós vivemos num país que está desgovernado e descontrolado. E não é pela vontade da Presidente Dilma. Não existem condições de o Brasil continuar passando por este momento. Aqui tem que se ter coragem e posicionamento. Espero que estejam presentes no próximo domingo os 513 Deputados, que venham mostrar sua posição. É difícil, é com tristeza que vou votar no próximo dia 17 favoravelmente ao *impeachment*. Não é para se comemorar, não é para se gabar com o adversário, não é isso. E muitos de nós, nos próximos mandatos, não estaremos aqui.



Sr. Presidente, o Brasil precisa andar, precisa continuar. Os investimentos têm que continuar. O desemprego vai bater em 10 milhões de pessoas. Isso é culpa só da Presidente Dilma, de hoje, deste momento? Não! Mas está acontecendo agora o fato técnico do *impeachment*.

Existe também um fator político. Não vamos fechar os olhos para isso. Cada um defende aqui sua posição. De coração — é doloroso —, eu não gostaria de estar aqui falando sobre este assunto, eu gostaria de estar aqui comemorando outras coisas.

Há um fato sobre o qual vou falar aqui que acho muito importante. A Presidente Dilma vem lutando até agora com esse processo. Ela é uma mulher que passou por dificuldades na vida, foi torturada pela ditadura, e chegou à Presidência da República. Mas dizem que o mais alto grau da sabedoria é a humildade — Deputada, respeito V.Exa.; quando V.Exa. estiver aqui, usará a tribuna —, e a Presidente Dilma disse em entrevista anteontem que, se for derrotada, é carta fora do baralho. Se a própria Presidente Dilma disse que é carta fora do baralho, eu acho que, se for derrotada no domingo, já na segunda-feira, dia 18, pelo Brasil, ela não deve deixar o País passar por mais um processo. Se ela é grande, tem humildade — e ela declarou que é carta fora do baralho se for derrotada na Câmara —, no dia 18, segunda-feira, deve vir a público renunciar à Presidência. É isso que ela tem que fazer, porque, se deu entrevista dizendo que é carta fora do baralho, não precisa fazer o Brasil passar por mais um processo. Não fui eu que disse isso, foi ela que disse à Rede Globo, à *TV Bandeirantes*, aos meios de comunicação. Se ela disse isso, não tem por que ficar na Presidência se for derrotada aqui. São palavras dela, não são palavras minhas.



É duro, eu sei! Eu sei que é duro! E não falo aqui comemorando, não! Mas V.Exa. sabe, Deputada, que lá fora a situação está difícil. O Presidente Michel Temer, se vier constitucionalmente a assumir esse cargo, terá que tomar atitudes para que o País saia desta situação, e espero que o faça. Como brasileiro, espero que o faça e confio em que vá fazer. O Brasil não pode mais esperar.

A Presidente lutou, brigou, falou, usou seus argumentos, a Presidência da República para se defender, teve todo o seu direito. Mas, a partir do momento em que vem a público e diz que se perder a votação na Câmara é carta fora do baralho, na segunda-feira de manhã, como brasileira, como Presidente humilde que veio lá de baixo e chegou à Presidência da República, não deve deixar mais o Brasil esperar. Aí ela vai mostrar realmente que tem a vida de coragem que tem. E por que não? Qual é o problema disso? Qual é o problema disso, se ela reconheceu?

O Brasil não precisaria passar por este momento. Pela maioria dos meus eleitores do Estado do Rio de Janeiro, das cidades de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, das nossas cidades pequenas do interior — só estamos aqui por causa dos eleitores mais humildes —, de Macuco, Itaperuna, por eles e pelo Brasil, eu decidi votar a favor do *impeachment*.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em discussão, pelo Partido dos Trabalhadores, o parecer da Comissão Especial, por 60 minutos. Deputados indicados: Afonso Florence, Paulo Teixeira, Benedita da Silva, João Daniel, Arlindo Chinaglia. O tempo é corrido e o partido se encarrega da troca de orador.

Está iniciada a discussão pelo Partido dos Trabalhadores.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero me dirigir ao povo brasileiro, em especial a todas e todos que neste momento decisivo adotarão uma posição em relação ao fundamento da República que organiza uma sociedade democrática, republicana, o voto popular.

No domingo, aqui será apreciado um pedido de abertura de processo. Não haverá eleição, Dilma não será derrotada e não será eleita a chapa Temer-Cunha, por um simples fato: eles não tiveram, nunca tiveram, não têm e não terão os 342 “sim”. Não é voto, não é eleição indireta. Eles não tiveram, nunca tiveram, não têm e não terão os 342 “sim” para abertura do processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma. (*Palmas.*)

Tentaram criar uma onda, conspiraram; saiu aquela carta patética no final do ano, houve o vazamento do programa político no início desta semana; e os jornais de hoje dizem que na porta do Palácio do Jaburu há engarrafamentos, com o Vice-Presidente Michel Temer se articulando para garantir a conquista dos votos dos indecisos e das indecisas. Até agora não teve êxito, senão a lista de eleitores, como eles dizem, teria sido apresentada.

O que nós temos de fato é um conjunto de indecisos e de indecisas, que publicamente, temendo o tipo de pressão que foi feita até agora, desrespeitosa à



mãe que cuida do filho, desrespeitosa ao mandato popular, atinge, agride, ofende Parlamentares.

Mas, como disse pesquisa Vox Populi, recentemente divulgada, 58% da população brasileira hoje já é contra o *impeachment*. Por isso essa velocidade toda do Deputado Eduardo Cunha para botar em votação esta proposta.

Depois desse ataque, buscando provas sem achar, buscando pistas sem achar, contra o Presidente Lula, catapultou novamente o Presidente Lula à liderança nas pesquisas de opinião.

O que sustenta essa realidade não é o PT, não é o Governo Dilma, é a consciência democrática das massas, com partidos de esquerda em oposição ao Governo e ao PT, como o PSOL, o PCO, movimentos por moradia, intelectuais, artistas. A consciência democrática brasileira se mobilizou.

Hoje, de um lado, estão aqueles da foto da abertura dos trabalhos da Mesa. Os que defendem o *impeachment* hoje sempre defenderam o regime militar, a repressão, a tortura; os que são contra o *impeachment* defendem este que é o maior patrimônio do povo brasileiro: o respeito à vontade popular.

Quero dizer a V.Exas. que não terão os 342 votos. As Sras. e os Srs. Parlamentares indecisos de público e os já convictos de que votarão “não” à abertura de processo — e que votarão, ou se absterão, ou se ausentarão para se protegerem desta sanha de pressão política, de ameaça, como disse o Deputado Aiel Machado, da Rede, ao se manifestar contra a abertura do processo de *impeachment* — estão do lado certo, como a consciência brasileira está do lado certo, como o povo organizado está do lado certo, como os intelectuais democratas, socialistas, comunistas, peemedebistas, pepistas, os Deputados e Deputadas da





Rede, do DEM e do PSDB — porque muitos estão indecisos — estão do lado certo. Aqueles signatários da Frente Parlamentar que foram constrangidos a dizer que estão a favor do *impeachment* na última hora ficarão a favor da democracia.

Quero convocar V.Exas., Deputadas e Deputados, e dizer para o movimento de rua, para este movimento histórico que hoje sustenta a democracia: o *impeachment*, o golpe, não passará! (*Palmas.*)

*Durante o discurso do Sr. Afonso Florence, o Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, 1º Secretário.*

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todo o povo brasileiro que acompanha esta sessão na Câmara Federal, o que está acontecendo neste momento é uma tentativa de golpe parlamentar. Tem raízes na imprensa, tem raízes no empresariado, mas é um golpe parlamentar.

Por que um golpe parlamentar? Querem um golpe parlamentar para desconstruir e desconstituir direitos do povo brasileiro que estão na Constituição Federal. Não conseguiram realizá-lo por eleições. A Oposição, desde 2001, não vence eleições no Brasil. E ela agora quer voltar ao poder por meio de uma conspiração, de um golpe parlamentar.

E eu vou dizer por que um golpe parlamentar. Eles querem tirar a Presidente sem previsão constitucional. Não há previsão constitucional.

Em primeiro lugar, o Constituinte de 1988 definiu que o sistema de Governo no Brasil é o sistema presidencialista. O parlamentarismo foi derrotado na Constituinte. Mas os parlamentaristas quiseram um plebiscito. Esse plebiscito foi



realizado em 1993. E, em 1993, o povo brasileiro disse, por 55% dos votos: “*Nós queremos o presidencialismo*”. Apenas 24% dos votos disseram que queriam o parlamentarismo.

Como se tira um Presidente da República no presidencialismo? Como se faz a substituição de um Presidente da República? Por morte, por renúncia, por novas eleições ou pelo *impeachment*.

Dilma Rousseff teve 54 milhões de votos do povo brasileiro nas eleições de 2014. A Oposição não se conformou e, desde então, busca impedir o Governo de governar, busca desestabilizar o Governo, e agora quer retirar o Governo.

Ocorre que a hipótese constitucional do *impeachment* não se configura em relação à Presidente Dilma Rousseff. Por que não se configura? Nesse relatório que não tem base jurídica, o relatório inepto do Deputado Jovair Arantes, a Presidente Dilma Rousseff é acusada de ter editado seis decretos sem autorização legislativa. Ora, ela teve autorização legislativa: o art. 4º da Lei Orçamentária Anual diz que podem ser feitos remanejamentos, mediante decretos, desde que não mudem a meta fiscal. Ela contingenciou o Orçamento, fez remanejamentos sem ampliar as despesas. Ela não alterou a meta fiscal, apenas alterou a natureza das despesas. Os decretos foram filtrados, quanto à sua legalidade, por mais de 20 órgãos públicos. Igualmente, o Vice-Presidente Michel Temer editou decretos semelhantes a esses.

Esses decretos não só foram legais, constitucionais, como foram decretos meritórios, na medida em que destinaram recursos às universidades federais, às investigações da Polícia Federal, a outros Poderes, a exemplo dos recursos destinados à construção de um fórum trabalhista em Minas Gerais. Portanto, esses



decretos foram regularmente editados. Não houve qualquer problema com eles. Nas contas de 2015, no Tribunal de Contas da União, eles sequer foram analisados — sequer foram analisados!

A segunda denúncia do relatório é a de que, quanto ao Plano Safra, a natureza do contrato teria sido de operação de crédito. Não foi operação de crédito; foi contrato de prestação de serviço para financiamento da agricultura familiar com data para pagamento e punições e penalidades, no caso de eventuais atrasos, previstos. É como se, por exemplo, na relação locador e locatário, o locatário atrasasse o pagamento do aluguel, sofrendo as penalidades do contrato. Portanto, não é operação de crédito.

Portanto, no tocante a essa acusação que chamam de pedaladas, eu desafio algum brasileiro a encontrar esse termo em nossa legislação. Não há o termo “pedaladas” no ordenamento jurídico brasileiro. Essa é uma linguagem esportiva, é uma linguagem de palanque, não uma linguagem jurídica.

E ainda há mais — pasmem, senhores —, pois o contrato do Plano Safra é gerenciado pelo Conselho Monetário Nacional e não tem qualquer relação com a Presidenta da República. Portanto, atribuíram a ela responsabilidades que não são dela, a exemplo da gestão do Plano Safra.

Senhoras e senhores, o Relator, o Deputado Jovair Arantes, nomeado por Eduardo Cunha, disse no seu relatório que tem dúvidas, e por isso pede que se prossiga com o processo.

Notem que a Presidente não praticou crime algum, porque é honesta. Muito aqui se falou da Operação Lava-Jato, mas ela não foi acusada de qualquer ato ilícito na Operação Lava-Jato. Quem é réu na Operação Lava-Jato é o Presidente da



---

Câmara, que coordena esse processo de *impeachment* e quer se alçar à condição de Vice-Presidente da República. Dilma Rousseff é honesta.

Sras. e Srs. Deputados, o que diz a Constituição brasileira sobre crime de responsabilidade? A Constituição brasileira diz que, para haver *impeachment* do Presidente, tem que ter havido crime de responsabilidade. O que diz o art. 85 da Constituição Federal? “São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal (...)”.

Dilma não cometeu nenhum crime: não cometeu crime de responsabilidade, menos ainda atentou contra a Constituição Federal. Quem atenta contra a Constituição Federal, quem atenta contra a democracia brasileira, quem atenta contra o povo brasileiro são exatamente aqueles que propõem o *impeachment* à Presidente da República.

Esses atentam contra a soberania popular, porque a nossa Constituição não prevê o instrumento do *recall*, para retirar governos com baixa popularidade, como não prevê o voto de desconfiança, próprio do parlamentarismo. Segundo nossa Constituição, no que diz respeito a *impeachment*, é preciso que se preencham as bases legais para retirar um Presidente da República do cargo.

Portanto, não há morte do chefe de Estado, não há renúncia, não há novas eleições e não há *impeachment*. Isto aqui não é *impeachment*; isto é um golpe parlamentar que estão promovendo contra a sociedade brasileira (*palmas*), contra o povo brasileiro: tentam tirar do povo brasileiro seu poder de eleger o Presidente da República, tentam depor uma Presidente legitimamente eleita, substituindo-a por meio de golpe sem base jurídica. É isso o que tentam, mas não vão conseguir!



Essa conspiração da elite brasileira com parte da mídia e com parte do Parlamento é podridão, e da podridão não nasce o novo, da podridão não nasce esperança. Sem legitimidade não se pode governar, e legitimidade vem das urnas. Por isso digo que o programa dessa coalizão é um programa para suprimir direitos, e um programa de retirada de direitos nunca terá a aceitação popular. Por isso eles não ganharam a eleição, não venceram o pleito. Por isso querem tirar a Presidente na “mão grande”, no “tapetão”.

Domingo, o povo brasileiro irá às ruas, às redes sociais, com eles os juristas brasileiros, os intelectuais, os operários, os camponeses, e, junto com uma base muito forte deste Parlamento, não permitirá que prossiga esse atentado contra a Presidente.

Srs. Parlamentares, encerro meu pronunciamento abordando três pontos.

O primeiro é que, na segunda-feira, será promovido um diálogo nacional, sob o comando de Dilma Rousseff.

O segundo é que, hoje, nós Parlamentares votamos aqui como juízes, e juízes se atêm aos fatos. Os fatos constantes dos autos são os seis decretos, indevidamente chamados de “pedaladas”. Portanto, não há fato que justifique a retirada da Presidenta da República, segundo a Constituição Brasileira.

Por último, eu conclamo os Srs. Parlamentares: não permitam que seja colocado em suas biografias um golpe de Estado na democracia brasileira, construída pelo nosso povo e tão importante para nós! (*Palmas.*)

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vivemos hoje um momento que considero histórico para quem participou da elaboração da Constituição Brasileira.



Buscamos aqui defender o Estado Democrático de Direito, defender os homens e mulheres que marcharam até Brasília, para que nós tivéssemos por Constituição a chamada por Ulysses Guimarães de Constituição Cidadã.

É para cuidar desta Constituição que nós estamos aqui, hoje, para que ela não seja rasgada, assim como não se rasgará a história construída com o esforço, com o trabalho, com a dedicação, com a ideologia e com o pensamento da sociedade brasileira.

Falo ao povo brasileiro — falo a você, brasileiro, falo a você, brasileira —, que tem ouvido dizerem nesta Casa que, para que o Brasil continue crescendo, é preciso tirar da Presidência — embora não seja uma criminosa, embora não tenha dinheiro guardado em nenhum lugar, embora seja limpa, honesta, embora seja conhecida em todo o Brasil e no exterior como a primeira mulher Presidenta deste País — Dilma Rousseff.

Querem tirar dela aquilo que nós fomos às ruas conquistar: que ela nos representasse.

Crime de responsabilidade? Irresponsabilidade é deixar milhões e milhões de brasileiros e brasileiras com fome e desempregados! Agora dizem que nós temos 10 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, mas isso foi causado pela crise política que esta Casa tem criado, impedindo que as empresas possam investir mais. É isso que está acontecendo, povo brasileiro!

As pessoas que estão sendo desempregadas agora foram antes empregadas durante os Governos de Lula e de Dilma Rousseff, quando milhões de trabalhadores e trabalhadoras conseguiram emprego.



Querem o retrocesso da nossa República. Que tipo de retrocesso querem? Querem tirar de mim, querem tirar de você o direito que conquistamos, direito que a Constituição nos garante, direito pelo qual querem criminalizar a Presidenta Dilma, tentando impedir que tenha continuidade o mandato de uma mulher que obteve 54 milhões de votos.

Será que a democracia que querem implantar neste País, que começa não respeitando 54 milhões de votos, vai merecer a credibilidade do povo brasileiro? Não! Não se iludam aqueles que pensam que as coisas irão mudar, porque elas só piorarão.

Criou-se no Congresso Nacional uma crise política para inviabilizar o crescimento da popularidade da Presidenta, que ganhou as eleições, porque faltou aos seus adversários competência para nesta Casa pactuar por um Brasil forte, por um Brasil melhor. Preferiram fazer essa disputa política mesquinha, para impedir que os trabalhadores e as trabalhadoras obtenham conquistas.

Enquanto nós, com um programa democrático e popular, respeitamos a Constituição brasileira, eles dizem estar criando uma ponte para o futuro, uma ponte que nós consideramos uma pinguela, porque a ponte verdadeira foi construída nas eleições, quando 54 milhões votaram na Presidenta Dilma! *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

Este Congresso foi chamado a pactuar, independentemente de quem havia ganhado e de quem havia perdido, em defesa do Brasil. Então, não me venham agora vestidos de verde e amarelo dizer que estão defendendo o Brasil — nós já vimos esse filme em outros momentos. *(Palmas.)*



Eu vou repetir o que disse na Comissão Especial. Eu também tenho orgulho de ser brasileira, mas não tive as oportunidades que hoje muitos têm: filhos na universidade, acesso ao Minha Casa, Minha Vida — esse foi o crime cometido por Dilma Rousseff!

Contarei rapidamente uma história. Em determinado momento da minha vida, fiz um grande esforço como empregada doméstica, como lavadeira e faxineira, e minha filha passou no vestibular da UERJ — Ela tinha o sonho de ser odontóloga. Eu olhei para o rosto dela e, considerando a minha situação, vi que ela não teria condições de ir para a faculdade: eu não tinha como vestir a minha filha, eu não tinha dinheiro sequer para a passagem. Hoje vemos jovens como minha filha entrando na universidade, com os filhos dos ricos, podendo estudar e ter opção. Esse é o crime de Dilma Rousseff!

Também posso contar a história de pessoas que nada tinham para comer, que precisavam catar a xepa. Ouvi alguém dizer que a Presidenta está na xepa, vendendo cargos. Ela não está assim, não. Ela está responsabilmente querendo dar ao Brasil um avanço, para sairmos desta crise econômica. Ela tem moral e autoridade para isso, porque foi eleita legitimamente. (*Palmas.*) O que falta é pactuação com os brasileiros que gostam deste País.

Dilma e, antes dela, Lula deram empregos e oportunidades ao povo brasileiro, além de acesso às universidades.

Durante toda a minha vida, vi mulheres morrerem no parto, vi mulheres sem ter o que dar de comer a seus filhos. Essa é uma história que já foi contada. Não é a história da Benedita, mas a história de milhares e milhares de mulheres pobres que,





---

muitas vezes, não tiveram condição de enterrar os seus filhos por falta de recursos.

(Palmas.)

Hoje, nós temos programas e projetos, como a Rede Cegonha, criados para dar a essas mulheres uma oportunidade. Os que não precisam da Rede Cegonha, os que não precisam deste Governo podem vir para cá chamar a Presidenta de incompetente.

Nós conhecemos a realidade, e você brasileira, você brasileiro que conhece o que é dificuldade, você que está conosco, você que não quer *impeachment*, você que não quer golpe, você que não quer retrocesso está compreendendo minha neste dia, neste plenário, nesta tribuna.

Como eu conheci muito bem luz de vela, luz de lamparina e luz de lampião, sei a diferença que a eletricidade fez na vida daqueles que foram beneficiados pelo Programa Luz para Todos: eles puderam olhar para seus filhos e ver seu rosto iluminado, puderam olhar-se no espelho e ver sua própria face. Esse foi o crime de Dilma Rousseff!

Sras. e Srs. Deputados, as ações afirmativas dão dignidade àqueles que precisam. Não fomos nós que separamos o Brasil em classes, não fomos nós que o separamos em etnias, não fomos nós que o separamos em gênero e muito menos em religiosidade. Nós trabalhamos por uma democracia que possa diminuir a distância, a desigualdade. E nós estamos fazendo isso, e é por isso que a Presidenta Dilma está sendo criminalizada.

Não vou me deter, de forma alguma, em nenhum relatório. Eu quero apenas me deter na faculdade da vida, na realidade concreta de quem, neste momento, está nos assistindo. Não falo com indignação, eu falo com dor.



Eu tenho certeza de que você que está nas ruas todos os dias — e não é vendido nem comprado — está se manifestando, porque tem consciência, porque sabe que, na sua cidade, no seu Estado, no Brasil inteiro, há homens e mulheres, negros e brancos lutando e dizendo “não” ao golpe: *“Viva a democracia brasileira! Não queremos golpe!” (Palmas.)*

É desses crimes que a Presidenta Dilma Rousseff está sendo acusada, bem como de ter empreendido ações afirmativas que permitiram a muitos negros e negras — não por piedade, mas por oportunidade e competência —formarem-se médicos, professores ou o que escolheram ser.

Ah, meu Deus, se minha filha tivesse tido essa oportunidade! Ah, meu Deus, se todos os meus filhos tivessem tido essa oportunidade, hoje eles poderiam ter Ph.D. para lutar pela vida, sendo exemplo para os outros.

Graças a Deus, a dignidade sempre bateu à porta dos pobres. E é por isso que eles estão nas ruas, sem que peçamos absolutamente nada. Eles têm lado e sabem que, quando se escolheu ajudá-los, escolheu-se também incluí-los. De forma alguma se quis afastá-los. Levamos décadas e décadas sem ver um negrinho na universidade. Levamos décadas e décadas sem ver mulheres em muitos postos de trabalho. *(Palmas.)*

Quando temos um programa de inclusão, aproximamos os dois Brasis. Agora querem, mais uma vez, colocar à distância aquilo que foi conquistado por essa gente digna. Nem todos votaram em nós, mas votaram com a esperança e a confiança de que esta Casa compreenda o princípio da igualdade, porque a democracia é o caminho pelo qual todos nós poderemos unificar a sociedade brasileira e lhe dar a oportunidade necessária.



Por isso, Deputadas e Deputados, eu não quis falar tecnicamente, embora até tenha estudado o assunto. Como disse, não estou indignada, mas tenho uma dor profunda no meu coração, porque tive a oportunidade de conhecer muitas mulheres iguais a mim, mulheres que tiveram filhos assassinados, como acontece principalmente entre a juventude negra.

É por ver que temos PROUNI, que estamos dando oportunidades a esses jovens e a essas mulheres, independentemente de sua idade, que eu queria pedir a este Plenário, aos senhores e às senhoras, brasileiros e brasileiras: há um espaço enorme para disputarem a política, se não estão satisfeitos com a Presidenta Dilma Rousseff. Vão para as urnas. Ganhem nas urnas, mas não ao golpe.

Viva a democracia brasileira! *(Palmas. Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Vai ter luta!)*

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Não vai ter golpe. Vai ter luta.

Nós gostaríamos de cumprimentar todos os Parlamentares, todos os homens e mulheres, todos os povos que constroem a história deste País, que lutam luta por democracia e por direito: todos os povos indígenas da nossa querida terra, todos os quilombolas, posseiros, sem-terra, operários, servidores, todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso querido País.

Nós estamos vivendo um momento muito importante, um momento em que o nosso País está correndo um sério risco: ou ele caminha para frente, para continuar avançando, ou ele volta, retrocede.

Eu quero saudar toda a militância dos movimentos sociais, dos movimentos populares e do movimento sindical que está neste momento e estará no dia de



amanhã e no domingo nas ruas, porque está de cabeça erguida, porque acredita no nosso País, porque acredita nesse projeto e porque não se rende e não se curva na defesa da luta democrática histórica deste País.

Quero lembrar que o dia 17, o próximo domingo, também entrará para a história. O dia 17 marca, para nós, lutadores pela democracia e contra o golpe, o massacre de Eldorado do Carajás. Nós não podemos esquecer que, no dia 17 de abril de 1996, muitos morreram assassinados no Estado do Pará, quando o Governo do PSDB, de Almir Gabriel, através da sua Polícia Militar, comandou um brutal massacre contra aqueles que lutavam pela terra, pela justiça.

Nós queremos homenagear todos aqueles que deram a vida, a exemplo de Oziel Alves Pereira, de 18 anos, um jovem covardemente assassinado, bem como todos aqueles que também foram covardemente assassinados na semana passada no Paraná, com o apoio da Polícia Militar do Paraná, do Governo do PSDB, com o apoio da grilagem de terra, enfim, com o apoio daqueles que, ao longo da história, covardemente massacraram o nosso povo.

Eu queria registrar ainda que, em relação a esses acontecimentos contra esses companheiros e essas companheiras que deram a sua vida em todo o nosso País, não posso deixar de lembrar toda a militância histórica de luta do nosso partido. Na semana passada, lamentavelmente, mais um militante, presidente do nosso partido na cidade de Mogeiro, lá na Paraíba, Ivanildo Francisco, foi assassinado brutalmente por aqueles que não aceitam a luta por direitos, por aqueles que não aceitam a luta por democracia, por aqueles que não aceitam a luta pela reforma agrária.



Faço questão de relembrar todos aqueles homens e mulheres que lutaram e deram a sua vida pela construção de uma sociedade mais justa, que, durante a nossa história, não tiveram tempo para serem covardes.

Lembro também aqueles que ajudaram a fazer a nossa Constituição, a qual nós estamos defendendo. Houve ontem um grande ato dos homens e mulheres que defendem a democracia e a nossa Constituição. E, entre tantos, lembro um homem da mais alta qualidade: o nosso inesquecível e querido Florestan Fernandes. Ele não está presente conosco fisicamente no dia a dia, mas os seus pensamentos e seus ideais continuam entre nós. Florestan era um exemplo de vida e de luta por uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Eu quero parabenizar todos os lutadores e lutadoras pela democracia no Brasil, principalmente aqueles que, mesmo não concordando com o nosso Governo e com o nosso partido, comportam-se neste momento com a história do Brasil e com a seriedade, a exemplo do PCO, do PSOL e de tantos outros companheiros e companheiras democratas brasileiros.

Portanto, no dia de domingo, temos clareza de que vamos vencer. Vamos vencer porque, das ruas e daqui do plenário, nós ouvimos de quase todos os partidos, de homens e mulheres conscientes que não podemos interromper o processo de luta histórica e democrática em nosso País.

A nossa Presidenta Dilma, eleita democraticamente, não cometeu nenhum crime. Quando eu estava descendo no elevador para vir a este plenário, eu vi uma servidora negra com lágrimas nos olhos. E eu perguntei a ela o que estava havendo. Ela olhou nos meus olhos e me disse: *“Deputado, querem tirar uma mulher honesta. Essa mulher me deu o direito de ter o que eu nunca tive na minha vida: uma casa,*



---

*com a qual eu fui beneficiada aqui no Distrito Federal". É a vida dessas mulheres e desses homens do Brasil inteiro que neste momento está em jogo.*

O momento que vivemos nos permite continuar com os programas que levamos para o Brasil inteiro, para todos os brasileiros, a exemplo do Programa Bolsa Família, do Programa Luz para Todos. Além disso, temos a quantidade triplicada de jovens que entraram nas universidades, que conquistaram o direito de sonhar.

É a filha de Sr. Antônio, de Barra da Onça, no Maranhão. Ele estava na caminhada em Aracaju, numa manifestação democrática, quando eu o ouvi dizer, com os olhos cheios de felicidade: *"Eu caminho, neste momento, nesta manifestação, para defender aquilo que eu nunca sonhei em ter: uma filha formada em Medicina e um filho formado em Odontologia". (Palmas.)*

É o Sr. Antônio, de Barra da Onça, são as mulheres quilombolas, são as mulheres indígenas, são as mulheres da periferia que tiveram oportunidade nos Governos democráticos e populares do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. E não me refiro apenas ao direito à comida. Isso é muito importante. Só não é importante para aqueles que nunca passaram fome. Os 40 milhões que deixaram de passar fome passaram a sonhar. E o sonho passou a ser realidade.

Nós encontramos em cada canto deste País, nas aldeias indígenas, nas comunidades quilombolas, nos assentamentos e nas periferias da juventude negra, jovens dentro das universidades, jovens se formando em Engenharia Civil, jovens se formando em Medicina, jovens se formando em Geografia, se formando em Engenharia Mecânica.



Esse é o problema que está em jogo aqui; não é a saída da Presidenta Dilma. Eles têm muita raiva — aqueles que não ganharam as quatro eleições. Mas a grande raiva é que o povo brasileiro passou a sonhar, passou a ter gosto de viver, passou a ter sua terra, a ter sua casa, a ter dignidade. E um povo, quando sonha, é um povo que começa a construir uma Nação.

O Governo Lula e o Governo da Presidenta Dilma passaram a colocar o Brasil, no mundo, num outro patamar. O que está em jogo é a geopolítica internacional neste momento: se nós continuaremos dando ideias, se nós continuaremos lutando por um mundo de paz, sem guerra, ou se nós seremos como diz Frei Betto, um quintal do imperialismo, como queriam os que perderam a eleição para o Presidente Lula e perderam as duas para a Presidenta Dilma.

Por isso, neste momento, nós queremos dizer a todos, homens e mulheres, que nós venceremos mais uma vez. Não é a Presidenta Dilma que vai vencer; quem vai vencer é a democracia; quem vai vencer é a luta contra o ódio, é a luta contra a intolerância, é a luta e a certeza de que os de baixo podem dormir, podem levantar no dia seguinte sonhando em ver seu filho indo à universidade, indo à escola, indo à rua manifestar-se.

Nós queremos um país cada vez mais justo. Por isso confiamos que este Plenário nos dará a vitória, não dará um golpe. E as ruas, até domingo, dirão que o povo brasileiro não está dormindo. O povo brasileiro está na luta, na defesa da democracia, da Constituição e do direito legítimo de a nossa Presidenta governar até 2018.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro, nós ouvimos aqui um desfile de argumentos, mas é possível que parte daqueles que estão nos ouvindo e assistindo a esta sessão não tenham tido a oportunidade de ver contestado aquilo que é o centro da proposta do *impeachment*. Pretendo fazê-lo de forma rápida, breve.

Logo de cara, no que se apoia a tese do *impeachment*, hoje aqui defendida pelo advogado Miguel Reale? Em duas coisas. Vou começar por aquilo que eu identifico como sendo mais popular, as chamadas, entre aspas, “pedaladas fiscais”. Ninguém, nem nós próprios, no início, conseguíamos associar esse apelido de pedaladas fiscais com algo absolutamente legal, que é o chamado Plano Safra.

Como funciona o Plano Safra? O Banco do Brasil faz empréstimos: milhares, milhares e milhares de operações de crédito para pessoas e/ou empresas. Onde é que o Governo entra aí? Não entra! Ocorre que o Banco do Brasil faz essa operação com juros mais baixos do que o banco comercial, mais baixos do que aquilo que o Banco do Brasil nos cobra no cartão de crédito.

E por que o Banco do Brasil faz isso? Não só porque há uma lei de 1992, mas também porque existiu a percepção à época, como existe agora, de que é fundamental produzir alimentos mais baratos para acabar com a fome, é fundamental produzir alimentos mais baratos para combater a inflação, é fundamental produzir alimentos mais baratos para poder exportá-los. Ou seja, todo o mundo sabe que, desde o crédito para o pequeno produtor agrícola, até para o





agronegócio, nós temos benefícios para o País, geração de emprego e distribuição de renda. (*Palmas.*)

Pois bem. Aí dizem que, na verdade, isso está fora da lei. Eu gostaria que os senhores e as senhoras, os que tiverem oportunidade, se socorressem da Lei nº 8.427, de 1992, no seu art. 5º.

O que prevê a Lei nº 8.427 no seu art. 5º?

*“Art. 5º. A concessão da subvenção de equalização de juros obedecerá aos critérios, limites e normas operacionais estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, especialmente no que diz respeito a custos de captação e de aplicação dos recursos, podendo a equalização, se cabível na dotação orçamentária, reservada à finalidade (...).”*

Quero falar sobre duas coisas. O que cabe ao Tesouro Nacional? É a chamada equalização. Já que o Banco do Brasil empresta a juros mais baixos, o Tesouro tem que repor aquilo que era o lucro inicialmente previsto pelo Banco do Brasil. Sabem de quanto em quanto tempo o Banco do Brasil comunica ao Tesouro esses milhares de operações, para todo o mundo saber claramente da sua complexidade? De 6 em 6 meses. Nesse momento cabe ao Tesouro repor os recursos. Com que taxa? Com a SELIC, que é uma taxa de mercado. O Banco do Brasil não tem prejuízo. A sociedade brasileira financia o programa.

Quem é que coordena o programa? É o Conselho Monetário Nacional. Participam o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, o Tesouro Nacional, a Advocacia-Geral da União. Portanto, quem quiser acusar a Presidência



da República de dolo, de má-fé, sendo que ela só cuida dos programas num plano superior e há inúmeros órgãos que assinam antes dela, quem quiser atribuir a ela a intenção e a responsabilidade pessoal, esses, sim, é que estão com má-fé e dolo. Isso é de uma absoluta irresponsabilidade, é de uma absoluta má-fé, é de um absoluto golpismo! (*Palmas.*)

Portanto, pedalada não tem nada a ver com aquilo que popularmente se tentou divulgar, exceto a pedalada jurídico-política, que alguns defendem. (*Palmas.*)

Eu quero ir para o segundo item. Eu vou agora para os seis créditos orçamentários, a abertura de créditos orçamentários. E de seis o próprio Relator, de maneira correta, reduziu para quatro.

O que é decreto de crédito orçamentário? É uma rotina administrativa. É por isso que já está cansativo ouvir que o Fernando Henrique fez, o Lula fez, prefeitos fazem, governadores fazem, e qualquer Presidente vai fazer, porque é de rotina, é legal.

A quê, então, tentam dar ares de ilegalidade? É porque teria extrapolado os gastos, teria havido um rompimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, portanto, a meta estaria comprometida. Qual meta? A meta de superávit primário. E, isso, numa interpretação absolutamente distorcida, resultaria num descumprimento da Lei Orçamentária da União. E aí aquilo que nenhum de nós entende naturalmente, e eu presumo que a imensa maioria do povo brasileiro também não entende, virou uma tentativa de cassar o voto de 54,5 milhões de brasileiros. (*Palmas.*)

Aliás, aqui cabe uma pergunta para cada cidadão e cidadã que esteja nos ouvindo: quem é, respeitosamente, com os Parlamentares, entre os quais me incluo, quem é que prefere abdicar do seu direito legítimo de escolher o governante e



---

escolher o programa, sabendo o que é que vai ser feito com o nosso País, e delegar a escolha para a famosa Câmara dos Deputados e o famoso Senado Federal?

Quero dizer que, sendo cidadão, não abriria mão. Tenho certeza de que ninguém abriria mão. Sabem por quê? Porque quando o Congresso Nacional, quando cada Deputado ou Deputada age de forma extremamente correta, com extrema competência, com extrema honestidade, com extrema dedicação, ele está apenas cumprindo o seu dever de representar bem o povo brasileiro. Mas nós jamais o substituímos! É dali que emana o poder. É dali que vem a fiscalização. É ali que está concentrado o sonho de milhões de brasileiros. É ali que está concentrado também o sofrimento de milhões de brasileiros. É com essa dimensão que vimos à tribuna hoje.

Voltando aos decretos de crédito orçamentário, quando vários órgãos pedem um crédito — Tribunal Superior do Trabalho, Senado, Tribunal de Contas da União —, na legislação brasileira baseada no Direito latino, diferentemente do Direito norte-americano, a máquina pública não pode parar. O Executivo não pode deixar de colocar dinheiro, quando solicitado por outro órgão.

Só para dar um exemplo, imaginem se o Executivo deixasse de repor dinheiro numa necessidade, numa emergência. Poderia faltar dinheiro até para pagar servidor público, poderia faltar dinheiro para pagar aposentados. Poderia não haver dinheiro para socorrer o povo numa calamidade pública.

Um mal governante pode fazer tudo isso junto, mas daí atribuir a um ato absolutamente limpo, uma má-intenção, uma má-fé e um dolo — eu repito —, o dolo está do lado de quem acusa. (*Palmas.*)



Agora eu gostaria de fazer um apelo direto aos meus pares aqui. Nós respeitamos qualquer opinião. Nós temos a nossa e respeitamos a opinião diferente da nossa. Entretanto, há partidos aqui que nasceram há pouco tempo. Há partidos aqui que lutam há mais tempo do que o movimento de rua atual, que luta pela liberdade de imprensa e por termos o direito ao voto. Quando eu falo do movimento de rua atual, tão citado aqui, é porque parece que só há movimento de rua a favor do *impeachment*.

Na minha terra, Serra Azul, dizem: “*O pior cego é aquele que não quer ver*”. Acho que na terra de vocês também. Parece que tem muito cego consciente. Finge que é cego. Por quê? Se nós estamos aqui há meses debatendo minúcias da lei, numa interpretação que vai além do razoável para tentar tirar a Presidente que ganhou as eleições, algo não está certo.

Eu dizia, então, que há partido aqui que tem história e vínculo íntimo com a ditadura, vínculo histórico. Mas há partidos da Oposição, não só de esquerda, de uma generosidade a toda a prova nesse debate, que nasceram com convicções democráticas, atuaram na Constituição — a Deputada Benedita fez referência aos Constituintes —, defendendo uma ordem democrática. É para esses que nós apelamos: não sujem a sua história. Não se livrarão jamais da pecha de golpistas. E não vamos ser nós que vamos colocar a pecha.

Nós vemos muita gente aqui brandindo ares de indignação em combate à corrupção. Têm direito de fazê-lo. Mas nem todos têm legitimidade para fazê-lo. Entretanto, imaginar que aqueles outros milhões que são contrários ao golpe não tenham a mesmíssima preocupação de combater a corrupção é de uma arrogância, é de um autoritarismo que prenuncia os piores momentos para o Brasil. (*Palmas.*)



Nesse patamar, o povo está em pé de igualdade. Espero que aqueles que estão contra o *impeachment* tenham essa autoridade moral. Cada um responde por si. Eu acredito ter. Nós não temos nenhum compromisso nem com a corrupção, nem com o erro, nem com a má gestão. (*Palmas.*) Ou seja, nós queremos debater se o melhor caminho é o *impeachment*.

Alguém, de fato, acredita que, para atender aos milhões de brasileiros necessitados, atender o sonho, atender as necessidades, fazer uma sociedade alegre, uma sociedade participante, onde cada ser humano possa dar a sua sagrada opinião, o melhor caminho é romper com a lei, é romper com a legalidade, é romper com a Constituição, é a mentira? Não é! Não é! Não é! (*Palmas.*)

E há uma outra operação de última hora: são folhas e mais folhas, declarações e mais declarações, reportagens e mais reportagens, análises e mais análises dando conta de que o *impeachment* já passou. Não passou e não vai passar! (*Palmas.*)

Por que eu acredito nisso? Primeiro, porque, do lado de cá, eu falo do campo que está convicto na defesa da democracia. Nós não somos exatamente tão inexperientes assim. Todos nós aqui estamos conversando com as Deputadas, com os Deputados. Tem gente mudando de opinião, sim. Tem gente que está num conflito danado. Para os que estão em conflito por medo da opinião pública, eu não pretendo dar um conselho, só quero fazer uma consideração: tenham medo de romper com a própria consciência. Ser Deputado ou não é apenas uma circunstância. (*Palmas.*) Eu prefiro perder qualquer eleição em paz com a minha consciência do que ganhar uma eleição e virar um fantasma ambulante aqui na



Câmara. (*Palmas.*) E fantasma ambulante é aquele que não tem opinião, é aquele que não tem coragem, é aquele que se esconde!

Eu não quero ofender, mas estou vendo aqui alguns companheiros, amigos, que estão usando verde e amarelo na bancada do PT, do PSDB, etc. O que eu vou falar não tem nada a ver com isso, é só um lembrete. Um grande ensaísta, moralista, crítico literário inglês, no século XVIII, fez a seguinte frase: “*O patriotismo é o último refúgio do canalha*”.

Então, parece-me que aqueles que se socorrem dos símbolos da Nação brasileira para tentar impor a todos uma decisão de poucos, representando uma aliança de mais poucos ainda — mas muito poderosos —, não têm o direito de usar os signos do País, aquilo que representa o povo brasileiro. É por isso que todos nós estamos fazendo uso deles. O alerta é para combater um eventual oportunista que acha que é mais patriota do que nós.

Então, para finalizar, nós estamos aqui para reiterar que nós lutaremos até o último minuto, continuaremos na luta, ganhando ou perdendo essa parada — na nossa opinião, nós vamos ganhar. Por que vamos continuar na luta? O desafio é melhorar o Brasil, e não ficar apenas nesse moinho de palavras, do qual o povo gostaria de participar, mas é excluído pelo processo.

Nós não queremos eleição indireta! Nós queremos garantir os direitos dos 54,5 milhões de brasileiros que votaram na Presidente Dilma, bem como daqueles outros milhões que não votaram nela. (*Palmas.*)

Então, nós estamos aqui para defender a democracia, para defender valores e exercer o mandato, e não para defender o mandato! (*Palmas. Manifestação no plenário.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Jovair Arantes, que é o Relator deste processo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** - Ainda temos 1 minutos, Sr. Presidente! O Líder vai falar por 1 minuto!

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Em função do art. 21 da Lei nº 1.079, de 1950, o Sr. Relator da Comissão Especial tem o direito de responder.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Havia tempo ainda, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** - Havia 1 minuto lá, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Havia tempo, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** - O Líder tem 1 minuto, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Havia 1 minuto e 40 ainda. O Líder é um dos nossos cinco oradores.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Um minuto, são cinco oradores a falar.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Ele é um dos cinco.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, ele é um dos oradores. Ele só está retomando o tempo, por 1 minuto.

**O SR. SIBÁ MACHADO** - Mas ele é um dos oradores, Sr. Presidente. Cabe-lhe mais tempo, 1 minuto.

**O SR. PAULO PIMENTA** - O Líder é um dos cinco inscritos.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, permita-me uma questão de ordem. O nosso Líder foi o primeiro orador. Sendo o primeiro orador, nós não estamos trocando oradores. Ele é um dos cinco oradores e vai usar 1 minuto para finalizar. Sr. Presidente, trata-se do mesmo orador.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Ele é um dos cinco oradores.



**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Eu gostaria que V.Exas. tivessem 1 minuto de paciência.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Nós temos todo o tempo do mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Só 1 minuto. Ninguém da Mesa vai tomar minuto de ninguém. É 1 minuto só.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Se V.Exa. der o minuto ao nosso Líder, nós teremos paciência.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Nós temos toda a paciência do mundo para lutar contra o golpe, toda paciência, disposição e coragem.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Brasil que nos acompanha, é evidente que não há crime de responsabilidade! É evidente que há uma costura liderada pela chapa Michel-Cunha para ganhar o que eles chamam de eleição. Nós vamos decidir se abrimos o processo de *impeachment*, mas não há crime de responsabilidade.

O povo está na rua. De um lado, os defensores do *impeachment*, de outro, a consciência democrática brasileira. Já há pesquisas de opinião mostrando que a maioria do povo brasileiro defende a democracia e é contra o golpe.

Por isso, Srs. Parlamentares, Sra. Deputada e Sr. Deputado que estão indecisos, manifestem-se no domingo: *“Não ao golpe! Não ao impeachment!”*

**O SR. PAULO PIMENTA** - É isso aí, Afonso! Não ao golpe! (*Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!*)





**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Tem a palavra o Sr. Deputado Jovair Arantes para responder aos Srs. Parlamentares sobre o parecer ao processo de *impeachment*.

**O SR. JOVAIR ARANTES** (Bloco/PTB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que me veem no Brasil, venho à tribuna, mas não viria, não fosse apenas um Deputado do Partido dos Trabalhadores que usou a tribuna e, de forma indevida, levantou uma questão a que tenho de responder.

Em primeiro lugar, quero responder a esse Deputado — isso é importante, porque vi belos discursos e belas defesas feitas, inclusive, por vários Deputados do Partido dos Trabalhadores — que exagerou na dose, Sr. Presidente, dizendo que eu fui indicado pelo Presidente da Casa para ser Relator deste importante processo de impedimento. Eu me dirijo a S.Exa. para dizer que eu obtive 62 dos 65 votos na Comissão do Impeachment. Os três que não votaram em mim não votaram contra a minha indicação. Ao contrário, apenas abstiveram-se.

Então, quero dizer a esse Deputado que o meu trabalho, sobremaneira, foi feito e continuará sendo feito, até o último momento, dentro da técnica legislativa, dentro da questão jurídica, dentro do princípio fundamental do direito de resposta e do direito de defesa.

Enfim, eu usei exatamente o que determinou o STF no rito estabelecido, que seguimos à risca. A comprovação desta minha fala e desta minha afirmação neste momento foi feita pela confirmação ontem, pelo STF, da integralidade do trabalho que eu e o Deputado Rogério Rosso fizemos na Comissão Especial do Impeachment.



E falo mais: nós usamos 16 técnicos da mais alta competência desta Casa nesse trabalho, um trabalho legislativo, orçamentário e fundamentalmente político, com a experiência que eu adquiri dentro deste Plenário durante os 21 anos que estou aqui.

Então, quero dizer a esta Casa que eu respeito todos os Deputados, mas a qualquer um que subir na tribuna e me acusar de ter agido de forma indevida vou responder, porque isso não é verdade. Respondo ao povo brasileiro e respondo também na questão política internamente.

Aos outros Deputados do PT, parabéns pela defesa que foi feita. O meu relatório vai ser votado no domingo, e nós vamos saber quem estava com a razão, o Deputado Jovair Arantes ou quem está hoje fazendo uma defesa de forma indevida e atacando as pessoas.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*



**V - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 082.2.55.O**  
**Data: 15/04/2016**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:***



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 082.2.55.O**  
**Data: 15/04/2016**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sexta-feira, dia 15 de abril, às 13h57min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 082.2.55.O**

**Data: 15/04/2016**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

***(Encerra-se a sessão às 13 horas e 56 minutos.)***